

PLANO DE GOVERNO | 2025 A 2028

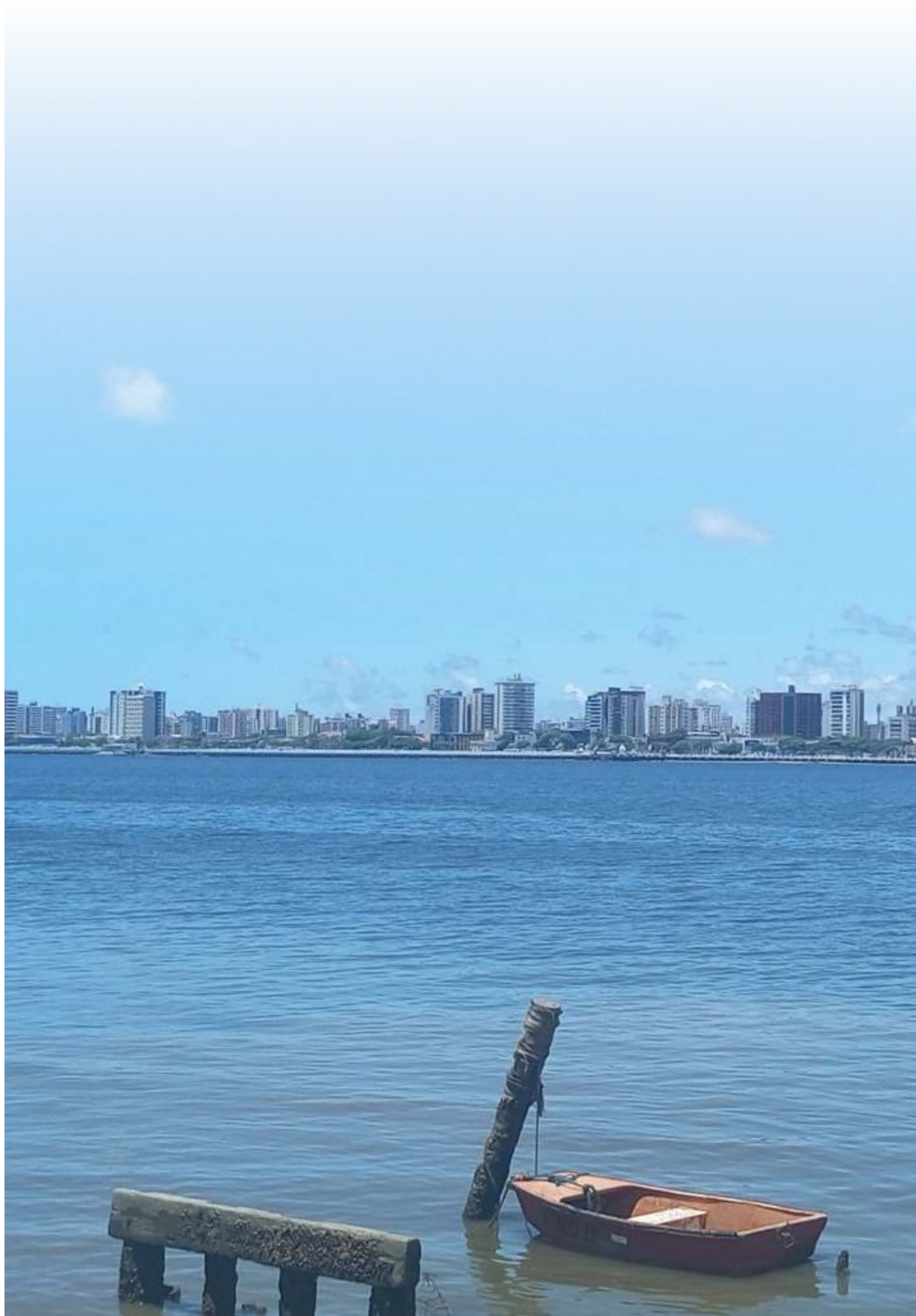
ARACAJU

NA MEDIDA CERTA



FEDERAÇÃO
Brasil
DA *esperança*



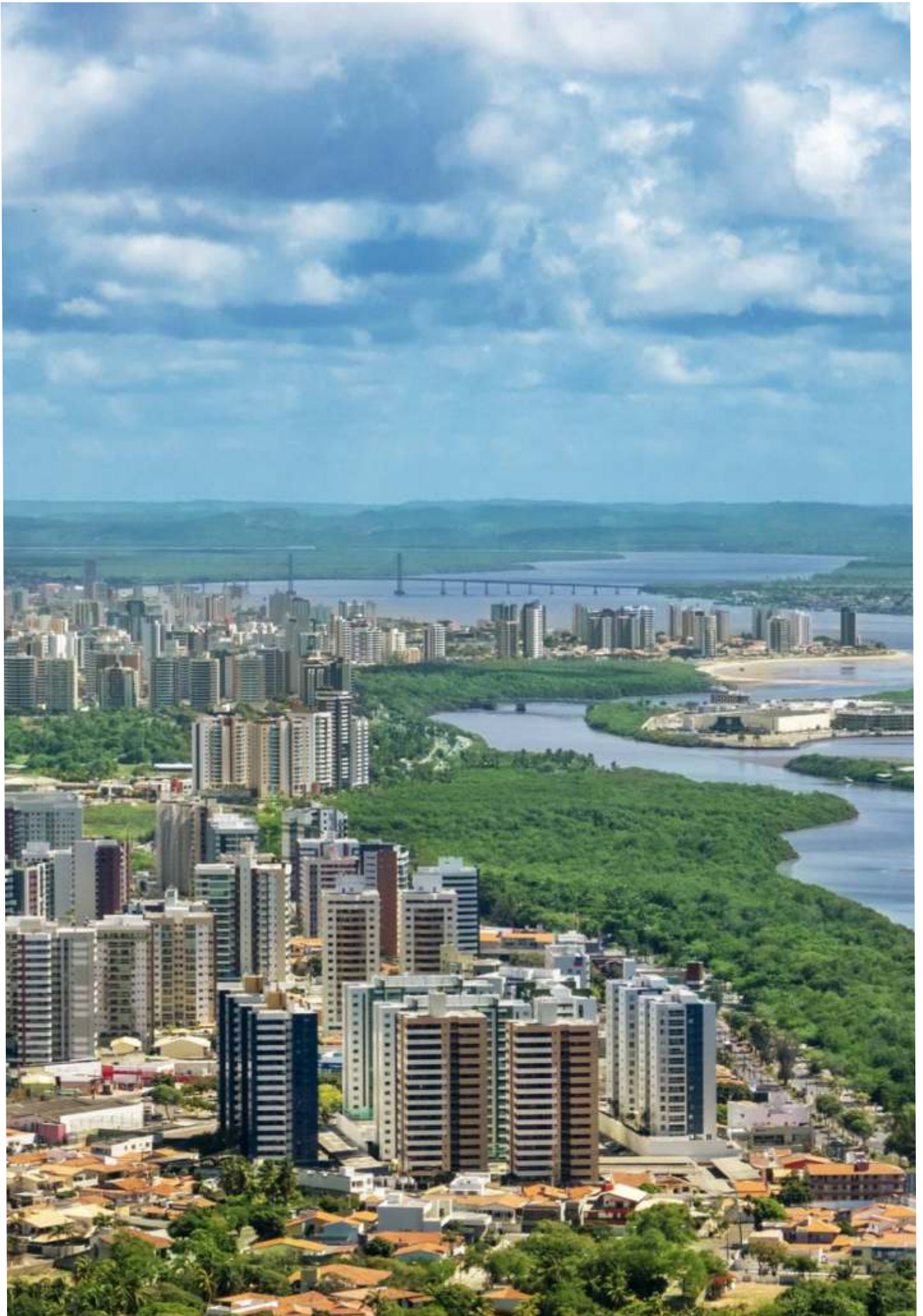


P R E F E I T A

CANDISSE 13

VICE **PROFª ROSÂNGELA**







INTRODUÇÃO

Caros aracajuanos e aracajuanas,

Neste período de um ano e meio, tivemos muitas conquistas sob a gestão do presidente Lula, destacando-se o resgate das políticas públicas voltadas para o bem-estar do povo brasileiro. O crescimento significativo dos empregos formais e a redução do desemprego para 7,5%, o menor desde 2014, refletem um avanço notável. Além disso, o rendimento médio dos trabalhadores está em ascensão, retornando aos níveis mais altos de uma década atrás.

Apesar do desenvolvimento, persistem desafios significativos no Brasil. O clima de divisão e desinformação nas redes sociais, alimentado por fake news, continua a ser uma preocupação. Ao mesmo tempo, eventos climáticos extremos, como calor excessivo do início do ano e as severas enchentes de maio, também afetaram Aracaju de maneira inédita e assustadora.

São nas cidades que os cidadãos e as cidadãs enfrentam diariamente a busca por sustento e melhores condições de vida para suas famílias. É aqui em Aracaju, cidade que me gerou e que amo, que devemos concentrar nossos esforços para resolver questões essenciais como educação, saúde e habitação, além de promover um ambiente de convivência democrática e civilizada. A participação ativa dos cidadãos em todas as decisões municipais é fundamental para garantir que suas vozes sejam ouvidas e consideradas.

A gestão municipal de Aracaju deve estabelecer uma conexão sólida entre seus planos e programas com as prioridades e recursos do governo federal. O alinhamento das gestões do PT nacional e municipal já transformou Aracaju na capital nordestina da qualidade de vida, como apontou a Fundação Getúlio Vargas em 2005. Apesar de sólidos e reverberarem até hoje, os avanços que o PT trouxe ao povo aracajuano foram continuamente boicotados pelas gestões subsequentes.

É indispensável um olhar especial para as bandeiras de participação popular, de cuidado com as pessoas, e a transição ecológica com a revisão e implementação efetiva do Plano Diretor para promover o desenvolvimento sustentável. Proteger nossos biomas e garantir o crescimento urbano com urbanização, saneamento e mobilidade são prioridades básicas para o futuro de nossa cidade.

Temos muito orgulho de sermos aracajuanos e aracajuanas e colocamos nossos nomes à disposição da nossa população, pois acreditamos firmemente que podemos oferecer um projeto de futuro para as pessoas de Aracaju, a partir da solução dos problemas crônicos da cidade com equilíbrio econômico e social na medida certa das necessidades da nossa população.

Nossa história de vida e amor à nossa cidade, mostra um trabalho coletivo qualificado, com diálogo aberto com todas as pessoas, principalmente as mais humildes. Entendemos que Aracaju passa por um momento delicado, os atuais governantes privatizam a cidade e dão voz a apenas um pequeno grupo de poderosos. Precisamos de uma mudança que restabeleça o orçamento participativo, tendo como norte uma administração que trabalhe com o povo.



Não menos importante é estabelecer um diálogo honesto e respeitoso com os nossos servidores públicos. Valorizar as pessoas em suas diversidades e diferentes opiniões é um princípio nosso. Temos o compromisso com políticas antirracistas, de enfrentamento ao déficit habitacional e à insegurança alimentar que atingem nossa população carente. Não nos faltará coragem para enfrentar problemas históricos da nossa cidade, de modo, por exemplo:

- i) a implantar uma reestruturação do transporte público, integrando vários locais, modernizando o sistema e ampliando a gratuidade e a qualidade, com a adoção de Tarifa Zero;
- ii) promover a participação popular na gestão municipal para desenvolver políticas públicas responsivas às necessidades da população, criando mecanismos que garantam a inclusão das pessoas nas discussões. Isso assegura que as vozes de diferentes segmentos da sociedade sejam ouvidas e consideradas, através de espaços de diálogo e participação como conselhos e conferências, permitindo que a sociedade civil influencie as políticas e ações governamentais, promovendo uma gestão mais transparente e responsável;
- iii) reestabelecer uma renda básica cidadã para o povo de Aracaju, que está desassistido desde a última administração do PT, e estabelecer cozinhas solidárias em áreas com alta insegurança alimentar. Essas medidas são parte do projeto "Aracaju Sem Fome", que inclui a ampliação e melhoria dos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a reestruturação e expansão dos serviços sociais, o fortalecimento da gestão do Cadastro Único e a implementação de novos programas de acolhimento e proteção para populações vulneráveis, como crianças, adolescentes e idosos. Vamos transformar Aracaju em um lugar de dignidade e cidadania;
- iv) promover um modelo econômico baseado em solidariedade, autogestão e inclusão social é essencial para reduzir desigualdades e criar empregos sustentáveis. Fortalecer a Economia Solidária como uma alternativa viável ao modelo tradicional, destacando a organização de coletivos e relações justas entre produtores e consumidores. Além disso, focaremos na reindustrialização solidária e na formação de redes de economia solidária, integrando comunidades e impulsionando o desenvolvimento local. Isso significa organizar várias cadeias produtivas em nossa cidade para oferecer oportunidades de trabalho à nossa população em parceria com o setor produtivo;
- v) superar a realidade do crescimento irregular de Aracaju, que tem causado o agravamento de problemas urbanos e a falta de investimentos nas periferias, é uma necessidade. Para transformar nossa capital em uma cidade mais organizada, verde e funcional, vamos implementar um desenvolvimento urbano estratégico que vai promover um ambiente urbano mais agradável e sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e o equilíbrio entre as áreas centrais e periféricas da cidade.
- vi) realizar a revisão do Plano Diretor, conforme estipulado pelo Estatuto da Cidade é uma necessidade para garantir um crescimento urbano sustentável e preparar Aracaju para os desafios futuros. Este processo também deve servir como base para a construção do programa municipal de políticas habitacionais. Considerar as especificidades energéticas da nossa cidade permitirá a elaboração de propostas mais assertivas e eficazes, alinhadas com as necessidades da população e as oportunidades locais;
- vii) é preciso assegurar a promoção da transparência, do acesso à informação e da participação cidadã através da inclusão digital. Todos os cidadãos e todas as cidadãs devem ter acesso a informações confiáveis e de qualidade para combater a desinformação e as fake news. Além disso, teremos a comunicação institucional para conscientizar a população sobre seus direitos e democratizar a gestão municipal. Destacamos a inclusão digital como fundamental para o desenvolvimento social e econômico, permitindo que a população participe ativamente na definição e no monitoramento das políticas públicas;



viii) promover a diversidade cultural e o acesso à cultura como direitos universais. Apoiar a produção cultural local e garantir políticas culturais inclusivas e representativas. Criar espaços culturais acessíveis para fortalecer a identidade e coesão social, e efetivar o sistema de cultura de Aracaju, melhorando o Plano Municipal de Cultura e aplicando as leis culturais vigentes.

ix) democratizar o acesso à educação de qualidade em todas as etapas e modalidades, valorizando a formação integral dos estudantes e dos profissionais da educação. Garantir a educação como um direito humano fundamental, com currículos inclusivos que respeitem as diversidades culturais e sociais dos alunos. Investir na formação contínua dos educadores e na integração entre diferentes níveis de ensino, preparando os estudantes para os desafios atuais e valorizando as identidades locais. Priorizar a eliminação das filas em creches e escolas e o combate ao analfabetismo em Aracaju.

x) garantir saúde como um direito humano, com acesso universal e equitativo aos serviços. Para isso, fortalecer o SUS, expandindo a atenção básica e descentralizando os serviços. Valorizar os trabalhadores da saúde com educação permanente e ações inclusivas, visando um atendimento humanizado e integral;

xi) construir políticas públicas inclusivas para a juventude, abordando questões como segurança, saúde, educação e trabalho de maneira integrada. Criar espaços de governança juvenil para que os jovens participem ativamente na formulação e implementação de políticas que promovam sua autonomia e valorizem sua diversidade;

xii) garantir condições de trabalho justas e dignas com foco na garantia de direitos trabalhistas, remuneração adequada e inserção protegida no mercado. Criar políticas que combinem qualificação profissional com oportunidades de emprego, assegurando empregos seguros e que respeitem seus direitos. Desenvolver iniciativas específicas para atender às necessidades dos jovens trabalhadores e combater a precarização do trabalho.

xiii) criar uma agenda municipal que proteja e defenda os direitos dos animais, reconhecendo-os como sujeitos de direito. Implementar políticas públicas para garantir o bem-estar animal, conscientizar sobre a importância da proteção e combater práticas cruéis como abandono e maus-tratos. A participação social e intersetorial será fundamental para garantir a efetividade das ações e transparência na gestão dos recursos. Também construir uma Unidade de Pronto Atendimento em Saúde para os Animais;

xiv) promover um ambiente urbano inclusivo com acesso universal, especialmente para pessoas com deficiência. Integrar a acessibilidade em todos os setores urbanos, adaptando infraestruturas e espaços públicos. Implementar políticas para garantir mobilidade, eliminar barreiras físicas e promover uma cultura de respeito e inclusão. Garantir o controle social e a participação da comunidade na elaboração e monitoramento dessas políticas.

xv) estabelecer um turismo sustentável e inclusivo que beneficie as comunidades locais, respeitando a diversidade cultural e as tradições. Integrar as comunidades no desenvolvimento turístico para garantir benefícios econômicos e sociais, fomentando o empreendedorismo local, especialmente entre grupos marginalizados. Criar pontos de atração turística em Aracaju, valorizando os atributos culturais e naturais do município, capacitando a mão de obra local, e produzindo uma agenda de visitas. Nosso objetivo é um turismo que respeite o meio ambiente e as identidades culturais.

xvi) promover o desenvolvimento sustentável, integrando preservação ambiental com crescimento urbano e econômico. Implementar políticas para proteger recursos naturais, reduzir impactos ambientais e adaptar-se às mudanças climáticas. Isso inclui reestruturação e preservação de áreas verdes, incentivo à prática sustentável, conservação de áreas ambientais, e promoção de educação ambiental. Priorizar a sustentabilidade, integrando questões ambientais nas agendas de desenvolvimento econômico e social das cidades;



xvii) desenvolver políticas públicas para promover a prática esportiva e de lazer, com participação comunitária e espaços adequados. Integrar a cadeia produtiva do esporte à economia solidária, priorizar o desenvolvimento da infância e juventude com ações inclusivas. Garantir acesso universal a esportes e lazer, melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população;

xviii) priorizar equidade racial e superar desigualdades históricas em Aracaju, promover participação ativa da população negra, executando o mapeamento, organização e valorização de suas culturas e identidades, especialmente em espaços de tomada de decisão. Implementar programas contra discriminação racial, apoiar candidaturas de representantes negros e estabelecer conselhos municipais para igualdade racial, visando uma sociedade mais justa e inclusiva.

xix) garantir os direitos humanos da população LGBTQIA+, buscando inclusão, proteção e igualdade de oportunidades. Priorizar ações contra violência e discriminação, além de garantir acesso a serviços essenciais como saúde, educação, assistência social, emprego e renda. Criar mecanismos de financiamento específicos para políticas LGBTQIA+, visando sustentabilidade e eficácia. Estabelecer um conselho e um plano municipais, e uma casa de acolhimento para essa população, criando um ambiente seguro e acolhedor que promova seus direitos e dignidade, garantindo plena cidadania e participação na sociedade;

xx) valorizar as mulheres em Aracaju, e promover a igualdade de gênero, protegendo contra violência e discriminação. Implementar políticas para acesso a serviços essenciais e oportunidades de emprego. Incentivar sua participação na gestão e na tomada de decisões. Educação consciente será chave para cultura de respeito e igualdade. Criar redes de apoio para mulheres vulneráveis, garantindo dignidade, segurança e autonomia.

xxi) implementar uma rede integrada de serviços para apoiar crianças, idosos e mulheres vulneráveis. As políticas públicas devem garantir acesso à saúde, educação, assistência social e apoio psicológico, além de assegurar boas condições de trabalho para cuidadores e promover sua formação profissional. É importante garantir um envelhecimento saudável e ativo para os idosos, assegurando inclusão e acessibilidade, e também promover os direitos fundamentais e o desenvolvimento integral das crianças, especialmente na Primeira Infância;

xxii) constituir uma agenda intersetorial para promover a vida e segurança pública, focando na prevenção da violência e na proteção dos direitos humanos, especialmente para os jovens de periferias. Integraremos áreas como educação, saúde, assistência social e urbanismo para abordar as causas multifatoriais da violência. Melhoraremos a infraestrutura urbana, como iluminação e transporte público, para criar ambientes mais seguros. Garantiremos condições de trabalho seguras para a Guarda Civil Metropolitana. O uso de plataformas tecnológicas será fundamental para combater a violência, especialmente contra grupos vulneráveis como a juventude negra, e promover uma cultura de paz e respeito.

xxiii) utilizar tecnologias da informação e comunicação para melhorar a gestão pública e a qualidade de vida dos cidadãos. Implementar infraestrutura de conectividade, como banda larga e acesso à internet gratuita em áreas públicas e escolas, reduzindo o hiato digital. Promoveremos concursos públicos para aumentar a eficiência administrativa e capacitar o funcionalismo em tecnologias digitais. Criaremos plataformas de governo digital para facilitar o acesso aos serviços públicos e promover a participação cidadã.

Estamos preparando Aracaju para receber uma nova gestão na prefeitura. Nosso compromisso é oferecer um projeto de futuro que aborde os problemas crônicos da cidade com equilíbrio econômico e social, colocando sempre as necessidades da população em primeiro lugar. Queremos uma administração participativa, onde cada cidadão se sinta parte das decisões que moldam o nosso futuro.



Contamos com o apoio e a colaboração de todos e todas vocês, meus conterrâneos e minhas conterrâneas, aracajuanos e aracajuanas, para construirmos juntos uma cidade mais justa, inclusiva e próspera para todos e todas. Vamos avançar com coragem, determinação e transparência, sempre buscando o melhor para Aracaju e para todos os seus habitantes, sejam filhos desta terra ou aqueles que escolheram nossa amada cidade para viver.

Obrigada pelo apoio e confiança!



SUMÁRIO

Frentes de Atuação

★	Tarifa Zero e Transporte Público de Qualidade	11
★	Participação Social para Governar com o Povo	15
★	Assistência Social e o Cuidar da Nossa Gente	18
★	Economia Solidária e o Desenvolvimento Local	21
★	Desenvolvimento Urbano	24
★	Plano Diretor, Habitação e os Desafios Energéticos	26
★	Comunicação Democrática e Inclusão Digital	31
★	Cultura e a Nossa Identidade	34
★	Educar, Incluir e Democratiza	37
★	Saúde Todo Dia	40
★	Juventude e a Transformação do Amanhã	45
★	Trabalho Decente	48
★	Direito dos Animais	50
★	Acessibilidade para Superar as Deficiências	52
★	Turismo: Viva tradições e Movimento Belezas	55
★	Meio Ambiente e Transição Ecológica	57
★	Esporte e Lazer pra Vida	59
★	Igualdade Racial e um Futuro sem Racismo	62
★	LGBTQIA+ com Respeito e Cidadania	65
★	Valorização das Mulheres	68
★	Política de Cuidados, da Infância ao Envelhecimento	71
★	Segurança Pública e a Medida Certa	74
★	Tecnologias da Informação e a Cidade em Nossa Mão	77



TARIFA ZERO E TRANSPORTE PÚBLICO DE QUALIDADE





O ônibus é o meio de transporte mais utilizado nas cidades brasileiras, especialmente para famílias das classes C, D e E, que muitas vezes têm no transporte público sua única opção de deslocamento. Contudo, parte significativa da renda dessas famílias é comprometida com os custos do transporte urbano, em média 13,13%, conforme dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (IBGE, 2018) citados pelo IPEA (2021).

Atualmente, 124 cidades no Brasil adotam Tarifa Zero, sendo que em 106 delas (85,5%), essa tarifa é universal, abrangendo todas as linhas durante todos os dias da semana (NTU). A pandemia evidenciou a fragilidade do modelo de financiamento baseado exclusivamente na tarifa pública, com a queda na quantidade de passageiros.

Para melhorar a mobilidade urbana e garantir transporte público gratuito, nosso plano municipal propõe a criação de um fundo de custeio baseado na diversificação de receitas extra tarifárias que podem ser recursos de repasses estaduais e federais, além de receitas provenientes de estacionamentos rotativos, multas de trânsito exploração de ações publicitárias, dentre outras atividades. Com base na informação dos valores anuais previstos nos orçamentos municipais das cidades, o custo da Tarifa Zero representa menos de 2% do orçamento municipal. O maior impacto analisado foi de 3% no município de Mariana (MG).

Estudos recentes mostram que a Tarifa Zero não só aumenta a oferta de transporte público, mas também tem impactos positivos significativos em diversas áreas urbanas, como a redução de remarcações de consultas médicas e de acidentes de trânsito, além de aquecer o setor econômico local. Em Paranaguá-PR, foi publicado um acréscimo de 30% das vendas realizadas no comércio local. O aquecimento do setor econômico local, também aconteceu em Caucaia-CE, o município credita à tarifa zero um aumento de 25% no faturamento do comércio e do setor de serviços, com acréscimo de 25% na arrecadação do município. A prefeitura de Ituiutaba-MG indicou impacto positivo na geração de empregos, além da redução dos tempos de viagem. Em Maricá-RJ, segundo a própria empresa pública de transporte, a renda familiar foi menos comprometida, em cerca de 20%.

- **Além da Tarifa Zero, nosso plano inclui:**
- **Sistema de Gestão de Dados e Informações Técnicas:** para melhor planejamento urbano e redes de transporte.
- **Acessibilidade:** criando condições acessíveis para pessoas com deficiência, incluindo rampas, elevadores e semáforos sonoros.
- **Mobilidade Sustentável:** implementando sistemas de compartilhamento de bicicletas e patinetes.
- **Ciclovias:** expandir e conectar uma rede de ciclovias e ciclofaixas seguras e bem sinalizadas para incentivar o uso de bicicletas e patinetes elétricos como alternativas ao transporte motorizado.
- **Sistemas de Informações ao Cidadão:** acessíveis por aplicativos e painéis públicos, com suporte em braille e apoio sonoro.
- **Transporte de Baixa Emissão:** priorizando ônibus de qualidade com tecnologia energia verde, elétrica e híbrida.
- **Integração de Modais de Transporte:** facilitando o uso combinado de ônibus, bicicletas e outros meios para melhorar a mobilidade dos cidadãos.
- **Campanhas de conscientização:** sobre os benefícios do uso do transporte público sustentável com a divulgação periódica dos resultados e impactos ambientais positivos decorrentes da adoção de veículos sustentáveis no transporte urbano.
- **Monitoramento e Ajuste de Rotas:** Implementar um sistema de monitoramento em tempo real para ajustar as rotas e horários conforme a demanda e as condições de tráfego.



- **Instalação e Melhoria nas Infraestruturas de Pontos de Ônibus e Terminais:** Reformar os pontos de ônibus e terminais para serem mais acessíveis, com sinalização adequada e abrigo para proteção contra intempéries.
- **Recuperar terminais nos finais de linha dos bairros.** E melhorar a sinalização de ruas e avenidas da cidade.
- **Ampliação de Linhas de Ônibus:** Expandir e diversificar as linhas de ônibus para cobrir novas áreas e melhorar o acesso ao transporte público em regiões periféricas e bairros em crescimento.
- **Corredores de Ônibus:** fazer uso dos corredores exclusivos para ônibus em vias principais com o aumento da frota para melhorar a fluidez e a pontualidade dos serviços de transporte coletivo.
- **Ônibus de Alta Frequência:** Implementar linhas de ônibus expressas e de alta frequência em corredores de alta demanda, reduzindo o tempo de espera e aumentando a eficiência.
- **Consultas e Feedback:** Estabelecer canais contínuos de comunicação com a comunidade para obter feedback sobre as necessidades e problemas de mobilidade e incorporar essas informações nas estratégias de planejamento.

Assistência Social e o Cuidar da Nossa Gente

O poder público deve ter como prioridade o combate às desigualdades sociais e o cuidado com aqueles que do Estado precisam. Nos governos do PT, especialmente nos governos Lula, o Brasil pôde compreender os impactos positivos, individuais e coletivos, que um governo que é do e para o povo pode trazer.

Foi sob a gestão petista de Lula que o Brasil criou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo transformado em lei durante o governo petista de Dilma Rousseff. Através do SUAS, os brasileiros tiveram acesso a uma política organizada em todo país, com responsabilidades partilhadas entre os entes federativos, tendo o município um protagonismo especial no sistema.

Agarantia da proteção social é um compromisso fundamental para nossa plataforma política.

A visão petista do Estado é que o poder público deve auxiliar o povo em temas como segurança de renda, acolhimento, convívio familiar, comunitário e social, desenvolvimento e autonomia, bem como a segurança de sobrevivência diante de riscos e calamidades.

A gestão municipal deve atuar com o sólido compromisso de ampliação dos direitos sociais e da proteção social, tirando da invisibilidade as pessoas que precisam do Estado para viver nossa Aracaju com dignidade e cidadania plena. Em Aracaju, 118 mil famílias compõem o Cadastro Único, que representam aquelas em situação de vulnerabilidade social. Desse número, cerca de 60 mil estão no programa Bolsa Família, que atende às famílias em situação de extrema pobreza. Podendo o município ajudar o governo federal a levar dignidade à nossa gente.

É fundamental que o poder público municipal tenha esse compromisso, por caber ao município a execução da maioria dos serviços do SUAS, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), as Unidades de Cadastro Único e o acolhimento de pessoas em situação de rua.

Devemos destacar que Sergipe lidera o ranking nacional em insegurança alimentar, conforme dados da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Segundo o IBGE, 49,2% dos domicílios no estado enfrentam algum grau de insegurança alimentar. A situação é igualmente grave em Aracaju, onde não há ações concretas do poder público municipal para enfrentar o problema.

Quando à frente da gestão municipal, o governo do PT atuou consistentemente no combate à pobreza e às desigualdades sociais, entretanto, os governos subsequentes não priorizam o tema e retrocedemos. Contudo, novamente sob uma gestão dos trabalhadores, traremos o cuidado ao povo de volta às prioridades do Executivo Municipal.

**Diretrizes:**

- Instituir uma renda básica cidadã para os cidadãos de Aracaju que estão em situação de extrema vulnerabilidade, que estão no Cadastro Único, mas fora dos programas sociais do governo federal.
- Cozinhas solidárias em áreas com alta insegurança alimentar no projeto "Aracaju Sem Fome", especialmente nas localidades onde concentram população em situação de rua.
- Ampliação e melhoria dos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Reestruturação dos equipamentos tais como: CRAS, CREAS, Centros POP com reformas e adequações.
- Mapeamento da realidade social de Aracaju.
- Ampliação do número de profissionais em assistência social por meio de concurso público.
- Reestruturação e expansão dos serviços sociais, o fortalecimento da gestão do Cadastro Único.
- Ampliação de programas e locais de acolhimento e proteção para a população em situação de rua, bem como a implementação para pessoas idosas e para a população LGBTQIA+.
- Promover parcerias para a implantação de hortas comunitárias como também estimular a implementação de hortas domésticas.
- Organizar, de forma interdisciplinar, ações com as equipes de educação, saúde, esporte, assistência social, ações voltadas para a promoção e uso dos princípios da segurança alimentar e nutricional.



PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA GOVERNAR COM O POVO

Rui Costa
Ministro da Casa Civil





Participação Social para Governar com o Povo

A gestão municipal enfrenta grandes desafios que exigem recursos adequados, planejamento eficaz e implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população. Diante dos acontecimentos recentes no país, destacamos a importância contínua da defesa da democracia e do maior envolvimento popular na definição das políticas públicas municipais.

Em Aracaju, a gestão municipal do Partido dos Trabalhadores fez história no desenvolvimento da cidade quando lançou nos anos 2000, o Orçamento Participativo que é um mecanismo direto de participação popular. Através dele, a população discute e decide sobre o orçamento público e as políticas públicas, e faz o levantamento das necessidades das comunidades para discutir as prioridades de acordo com o orçamento do município.

Quando está nas manchetes dos sites a falta de transparência da atual gestão da capital – a ONG Transparência Internacional Brasil divulga que das 25 capitais brasileiras pesquisadas, a Prefeitura de Aracaju ficou apenas no 18º lugar, com 46,3 pontos, abaixo da média nacional (54,8) – é preciso priorizar modelos inovadores de gestão, fortalecendo a participação direta da população. Essa abordagem não apenas garante o apoio social necessário para a implementação das políticas, mas também contribui para superar práticas clientelistas arraigadas na política tradicional.

A democracia não pode ser vista apenas como uma formalidade para a legitimação daqueles que ocupam os espaços de poder, sendo, na verdade, um modelo político que inclui o povo nos diversos níveis da tomada de decisão. Foi defendendo a ampliação da democracia que o PT iniciou sua história, combatendo a ditadura e criando um partido dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras.

Em Aracaju, mostramos no governo dos trabalhadores que essa participação produz uma cidade melhor para todos e todas. Em 2001, a gestão do PT implementou o Orçamento Participativo (OP), regido pela Secretaria Extraordinária de Participação Popular (SEEP). O povo, em sua diversidade, ajudou o nosso partido a governar e tornar Aracaju referência em qualidade de vida. Nossa gente, de maneira inédita, pôde decidir sobre o orçamento e fiscalizar sua aplicação.

Duas décadas depois, Aracaju se vê distante desse modelo e nega ao povo o direito de decidir com o governo municipal as diretrizes, as necessidades e os rumos de nossa amada cidade, o que pode ser visto, inclusive, no aparelhamento dos Conselhos Municipais, mecanismos institucionais fundamentais para a democracia.

Com a bagagem do PT em Aracaju e em todo Brasil, o governo dos trabalhadores tem como compromisso a promoção da participação efetiva nos mecanismos institucionais vigentes, ampliando-os e formatando-os para o cidadão ter, verdadeiramente, seu direito sobre decidir as políticas públicas de Aracaju garantido.

Diretrizes:

- **Restabelecer o processo ampliação democrática da cidade, por meio de um sistema de democracia participativa, que inclua o Orçamento Participativo (OP), os movimentos sociais e populares, os conselhos municipais (setoriais e temáticos), as conferências municipais e as audiências públicas, e demais mecanismos de participação. Garantindo, nos espaços de representação social em que houver debate, a justa e igualitária capacidade de participação de todos os interessados.**
- **Ampliação e efetivação dos canais virtuais de interação com a prefeitura, fortalecendo a ouvidoria municipal, permitindo que o cidadão envie suas demandas e obtenha o devido retorno, com o andamento e responsáveis pela resolução.**
- **Incluir o processo de participação direta, voluntária e universal dos cidadãos, com caráter deliberativo no âmbito de suas competências, ampliando o poder de decisão dos cidadãos na definição das prioridades na alocação de recursos e co-gestão da cidade.**



- Reuniões de Monitoramento e Avaliação, depois da realização de todas as etapas especificadas anteriormente, no restante do ano, a administração municipal realiza reuniões periódicas visando o monitoramento e a avaliação do processo e do andamento das obras e/ou dos serviços demandados pela população.
- Garantir a participação da população na elaboração do Plano Plurianual de Aracaju, envolvendo os cidadãos, definindo diretrizes e metas para o desenvolvimento econômico e social da cidade ao longo de quatro anos.
- Fortalecer o Conselho da Cidade como espaço privilegiado para pensar a desenvolvimento integrado da cidade e das políticas urbanas;
- Estabelecer novos mecanismos de controle social, visando a modernização cada vez maior da gestão democrática.
- Manter um diálogo responsável e qualificado com todos os setores da sociedade, buscando a construção de consensos e, atuando de forma democrática no equacionamento de possíveis conflitos. Dar continuidade à realização sistemática de conferências municipais setoriais, como forma de contribuir, de modo decisivo, para o estabelecimento da agenda de prioridades das políticas públicas a serem implementadas pela gestão municipal.
- Fortalecer a atuação dos Conselhos Municipais de políticas públicas, enxergando-os como espaço privilegiado de elaboração, avaliação e controle social da gestão democrática.
- Garantir a recuperação do processo de modernização e desburocratização dos serviços administrativos e da transparência da gestão.
- Ampliar as ações da Controladoria Geral do Município, ampliando a sua capacidade de fiscalização dos procedimentos administrativos e de garantir uma transparência da gestão cada vez maior.
- Ampliar e popularizar o uso do Portal da Transparência Democrática, dotando o mesmo de uma linguagem acessível e facilitando o acesso aos seus links.
- Instituir um centro municipal de compras, ampliando e modernizando a atuação das comissões de licitação, ampliando a possibilidade de participação do empresariado local na venda de produtos e serviços à administração municipal.
- Atuar no sentido de melhorar a prestação direta e indireta dos serviços públicos à população e cidadãos, tão decadente na atual administração, aumentando a normatização de procedimentos, instituindo Regimentos Internos de todos os órgãos da Administração Municipal, simplificando procedimentos, capacitando servidores (as) e ampliando a base tecnológica de atuação, inclusive buscando a ampliação de softwares livres nos sistemas informatizados da gestão.
- Retomar a reformulação do Plano de cargos, vencimentos e carreira dos Servidores, ampliando a política de valorização e ascensão profissional disponível aos mesmos.
- Promover a política de acesso ao serviço público pela via dos concursos, na medida da necessidade da administração pública.
- Assegurar a realização de palestras e seminários sobre temas de interesse dos servidores e seus familiares, tais como: alcoolismo, tabagismo, prevenção às drogas, DST, planejamento familiar etc.
- Recuperar o papel dos servidores públicos, aperfeiçoando uma política relativa ao funcionalismo e garantindo investimento contínuo na sua capacitação.
- Possibilitar a dimensão estratégica do planejamento governamental, para cumprir os objetivos previstos, metas e prazos com efetividade com a instituição na gestão de setores estatísticos e de análise de políticas públicas, a fim de analisar todos os desempenhos.



ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CUIDAR DA NOSSA GENTE

Wellington Dias

Ministro do Desenvolvimento
e Assistência Social, Família
e Combate à Fome





Assistência Social e o Cuidar da Nossa Gente

O poder público deve ter como prioridade o combate às desigualdades sociais e o cuidado com aqueles que do Estado precisam. Nos governos do PT, especialmente nos governos Lula, o Brasil pôde compreender os impactos positivos, individuais e coletivos, que um governo que é do e para o povo pode trazer.

Foi sob a gestão petista de Lula que o Brasil criou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo transformado em lei durante o governo petista de Dilma Rousseff. Através do SUAS, os brasileiros tiveram acesso a uma política organizada em todo país, com responsabilidades partilhadas entre os entes federativos, tendo o município um protagonismo especial no sistema.

A garantia da proteção social é um compromisso fundamental para nossa plataforma política. A visão petista do Estado é que o poder público deve auxiliar o povo em temas como segurança de renda, acolhimento, convívio familiar, comunitário e social, desenvolvimento e autonomia, bem como a segurança de sobrevivência diante de riscos e calamidades.

A gestão municipal deve atuar com o sólido compromisso de ampliação dos direitos sociais e da proteção social, tirando da invisibilidade as pessoas que precisam do Estado para viver nossa Aracaju com dignidade e cidadania plena. Em Aracaju, 118 mil famílias compõem o Cadastro Único, que representam aquelas em situação de vulnerabilidade social. Desse número, cerca de 60 mil estão no programa Bolsa Família, que atende às famílias em situação de extrema pobreza. Podendo o município ajudar o governo federal a levar dignidade à nossa gente.

É fundamental que o poder público municipal tenha esse compromisso, por caber ao município a execução da maioria dos serviços do SUAS, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), as Unidades de Cadastro Único e o acolhimento de pessoas em situação de rua.

Devemos destacar que Sergipe lidera o ranking nacional em insegurança alimentar, conforme dados da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Segundo o IBGE, 49,2% dos domicílios no estado enfrentam algum grau de insegurança alimentar. A situação é igualmente grave em Aracaju, onde não há ações concretas do poder público municipal para enfrentar o problema.

Quando à frente da gestão municipal, o governo do PT atuou consistentemente no combate à pobreza e às desigualdades sociais, entretanto, os governos subsequentes não priorizam o tema e retrocedemos. Contudo, novamente sob uma gestão dos trabalhadores, traremos o cuidado ao povo de volta às prioridades do Executivo Municipal.

Diretrizes:

- **Instituir uma renda básica cidadã para os cidadãos de Aracaju que estão em situação de extrema vulnerabilidade, que estão no Cadastro Único, mas fora dos programas sociais do governo federal.**
- **Cozinhas solidárias em áreas com alta insegurança alimentar no projeto "Aracaju Sem Fome", especialmente nas localidades onde concentram população em situação de rua.**
- **Ampliação e melhoria dos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Reestruturação dos equipamentos tais como: CRAS, CREAS, Centros POP com reformas e adequações.**
- **Mapeamento da realidade social de Aracaju.**
- **Ampliação do número de profissionais em assistência social por meio de concurso público.**
- **Reestruturação e expansão dos serviços sociais, o fortalecimento da gestão do Cadastro Único.**
- **Ampliação de programas e locais de acolhimento e proteção para a população em situação de rua, bem como a implementação para pessoas idosas e para a população LGBTQIA+.**



- **Promover parcerias para a implantação de hortas comunitárias como também estimular a implementação de hortas domésticas.**
- **Organizar, de forma interdisciplinar, ações com as equipes de educação, saúde, esporte, assistência social, ações voltadas para a promoção e uso dos princípios da segurança alimentar e nutricional.**



ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL



Fernando Haddad
Ministro da Fazenda



Economia Solidária e o Desenvolvimento Local

O ambiente de negócios em Aracaju precisa ser revitalizado para atrair novos empreendimentos e fomentar o desenvolvimento econômico. Nos últimos anos, a administração local falhou em apoiar adequadamente empreendedores de todos os tamanhos. A falta de dados estatísticos sobre o desempenho econômico da capital evidencia a situação desafiadora. Atualmente, o Produto Interno Bruto (PIB) de Sergipe está abaixo da média nacional, e Aracaju representa 35,5% desse PIB, refletindo a realidade econômica do estado. De acordo com a Junta Comercial de Sergipe (JUCESE), 57,73% das empresas ativas em Sergipe estão em Aracaju. Apesar da criação de 2.192 novas empresas, 1.420 fecharam, indicando instabilidade no emprego e na renda local.

Para melhorar a economia de Aracaju e explorar novas oportunidades, é necessário adotar uma abordagem estratégica e desenvolver um plano econômico municipal robusto. A economia da cidade é predominantemente impulsionada pelos setores público, comercial, de serviços e turismo, mas o potencial para novos negócios não tem sido totalmente aproveitado devido à falta de planejamento e políticas públicas eficazes.

Para promover o desenvolvimento, é preciso oferecer linhas de crédito para empreendedores e empresas, revisar impostos e criar oportunidades de emprego, especialmente para jovens e mulheres, que representam cerca de 60% da população desempregada. Em colaboração com o governo federal, podemos implementar o Letra de Crédito para o Desenvolvimento (LCD) e o programa de Depreciação Acelerada, que facilitam a renovação de equipamentos e máquinas.

Além disso, a economia solidária tem avançado nos últimos anos por meio de cooperativas e associações, oferecendo uma alternativa sustentável ao desemprego e à precarização do trabalho. Esse modelo prioriza a solidariedade, a propriedade coletiva e a autogestão, contrastando com a economia tradicional. Embora promissora, a economia solidária ainda precisa de mais apoio público e reconhecimento.

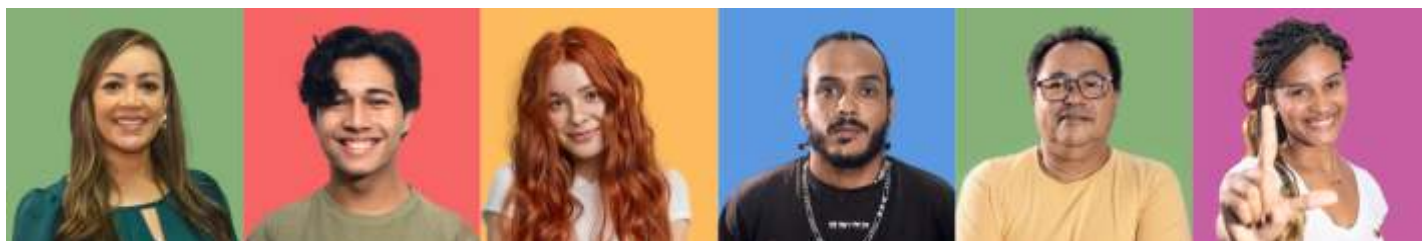
Portanto, a gestão pública municipal deve organizar e expandir as redes de economia solidária, implementar um plano de reindustrialização solidária e investir na formação e capacitação de empreendedores solidários. Para completar o desenvolvimento econômico de Aracaju, é essencial fortalecer a FUNDAT (Fundação Municipal de Formação para o Trabalho), criando cadastros e capacitações voltadas para produzir mão de obra qualificada e atrair empregos, especialmente com a possível retomada da Petrobrás e a reindustrialização da cidade.

Diretrizes:

- **Ampliar a orientação para a implementação e gestão de micro e pequenas empresas.**
- **Instalar o setor de apoio ao micro e pequeno empresário na estrutura da gestão.**
- **Desenvolver o programa Cidade Amiga, Solidária e Cidadã para MEIs e criar o Camelô Legal.**
- **Organizar áreas de estacionamento rotativo e promover eventos locais para estimular o consumo.**
- **Fortalecer a Fundat e sua atuação na produção de mão de obra qualificada com foco nas oportunidades de mercado como o segmento tecnológico e de petróleo e gás.**
- **Priorizar a formação de jovens, mulheres e maiores de 45 anos e aperfeiçoar a qualificação técnica.**
- **Estimular a criação de cooperativas e associações.**
- **Introduzir os conceitos de economia solidária no ensino fundamental.**
- **Ofertar cursos de capacitação para os empreendedores solidários.**
- **Campanhas de estímulo ao consumo de bens e serviços oriundos da economia solidária.**
- **Criação de Centros Públicos de Economia Solidária.**
- **Oferta de assessoria aos empreendimentos solidários.**



- Fomentar o setor solidário por meio de compras públicas;
- Ampliar a estrutura de apoio às cooperativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis.
- Apoiar as feiras de economia solidária.
- Incentivos fiscais para o fomento às atividades de formação, produção e comercialização da Economia Solidária.
- Revitalizar o Centro de Aracaju e revisão na aplicação dos impostos nos estabelecimentos ali localizados.
- Promover a rota de turismo no Centro da cidade e realizar festivais gastronômicos e de música.
- Modernizar os serviços públicos e fortalecer os sistemas de ciência, tecnologia e inovação.



DESENVOLVIMENTO URBANO





Desenvolvimento Urbano

Aracaju vive duas realidades, o cidadão das áreas com melhor desenvolvimento econômico possui razoável qualidade nas vias, nos instrumentos públicos e no acesso ao poder público local. Do outro lado, os moradores das áreas periféricas sofrem com descaso persistente em todas as áreas de atuação da prefeitura, levando a um desequilíbrio gritante entre como a prefeitura trata cada cidadão.

Nos últimos anos, enfrentamos o agravamento de vários problemas urbanos devido à falta de ação eficaz por parte da atual gestão municipal. Questões importantes como mobilidade, qualidade do asfaltamento e a recuperação das ruas e avenidas em bairros periféricos ficaram negligenciadas. O trânsito se tornou difícil, com sinalização e tráfego desorganizados, e o transporte público sofre com transtornos evitáveis.

A limpeza urbana e a urbanização têm sido irregulares, com a recuperação e implantação de praças ocorrendo de forma desordenada e sem atender às reais necessidades dos moradores. A jardinagem e o paisagismo foram sacrificados em favor do concreto, enquanto a manutenção de canais, bueiros e valas é abordada apenas em resposta a desastres naturais.

Em nossa proposta para Aracaju, o desenvolvimento urbano sustentável é uma prioridade. Implementaremos medidas para resolver esses problemas de forma eficaz, garantindo que nossa capital se torne uma cidade mais organizada, verde e funcional, atendendo às expectativas de seus cidadãos e promovendo um ambiente urbano mais agradável e sustentável.

Orientações:

- **Melhoria da organização do trânsito.**
- **Promover a realização de audiências públicas sobre Desenvolvimento Urbano Municipal no âmbito do PDDU.**
- **Mapeamento dos pontos críticos com resolução dos problemas nas áreas de saneamento e encostas.**
- **Melhoria na sinalização das vias principais da cidade.**
- **Aumentar o número de ciclovias.**
- **Estudos técnicos sobre melhoramento das vias principais da cidade e elaboração de projetos para captação de recursos.**
- **Ampliar o programa de saneamento básico e esgotamento sanitário em toda a cidade.**
- **Construção de Plano Municipal de Recursos Hídricos.**
- **Limpeza permanente de canais, margens de rios e córregos. Bem como, garantir a limpeza urbana de forma geral.M**
- **Promover a construção, recuperação e iluminação de praças e vias públicas, visando o direito ao lazer e sociabilidade.**
- **Promover a construção, recuperação e iluminação de quadras poliesportivas.**
- **Implementar no município a Política Nacional de Mobilidade Urbana, garantindo acessibilidade em todos os equipamentos públicos.**
- **Garantir o serviço de limpeza urbana de ruas, logradouros, áreas comerciais, praias, cemitérios e feiras.**
- **Recuperar e ampliar a cobertura vegetal, de jardins, com tratamento paisagístico, de praças, avenidas, bairros e ruas.**
- **Fazer parcerias com o setor privado, criando nichos paisagísticos e de ordenamento de áreas de calçamento e estacionamento, na frente e no entorno dos seus estabelecimentos comerciais.**
- **Parcerias com condomínios para regularização de serviços de coleta.**
- **Arborização paisagística com árvores frutíferas de toda a cidade, com planejamento por ruas e bairros, em parceria com moradores, comerciantes, associações, igrejas, grêmios estudantis.**



PLANO DIRETOR, HABITAÇÃO E OS DESAFIOS ENERGÉTICOS

Esther Dweck

Ministra da Gestão
e da Inovação em
Serviços Públicos





Plano Diretor, Habitação e os Desafios Energéticos

Aracaju enfrenta um grande desafio com a paralisia de duas décadas na revisão de seu Plano Diretor, peça fundamental que orienta o crescimento urbano, áreas de preservação, densidade populacional e qualidade de vida dos cidadãos. Datado de 2000 e baseado em dados de 1995, quando a cidade tinha cerca de 428 mil habitantes, o plano não foi atualizado conforme prevê o Estatuto da Cidade, que estabelece revisões a cada 10 anos. Hoje Aracaju possui, 602.757 habitantes, segundo Censo de 2022.

Essa falta de atualização impede a adoção de medidas que poderiam beneficiar a população. Apesar de várias tentativas anteriores de revisão, incluindo uma proposta em 2021 sob o prefeito Edvaldo Nogueira, a cidade enfrenta atrasos e críticas quanto ao processo, gerando frustração e colocando Aracaju atrás de outras capitais em suas políticas urbanas.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju é uma lei: Lei Complementar 042/2000 que cria o sistema de planejamento e gestão, aprovada na Câmara de Vereadores e sancionada pelo então prefeito e empresário João Augusto Gama no ano 2000.

Para garantir um crescimento urbano sustentável e preparar a cidade para enfrentar desafios futuros, nossa proposta para impedir a expansão desordenada da cidade está baseada inicialmente em planejar a cidade de Aracaju de mãos dadas com o povo, através da participação social e popular. A partir desta orientação, estabelecemos as bases para a construção do programa municipal de políticas habitacionais.

O programa "Minha Casa de Volta para a Minha Vida" em Aracaju demonstrou ações concretas que beneficiaram a população durante as gestões do PT, em parceria com o governo Lula. Iniciativas como o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, posteriormente, o Programa Minha Casa, Minha Vida entre 2009 e 2014 resultaram na entrega de 9.986 unidades habitacionais na cidade.

Após essas gestões, Aracaju enfrentou um hiato nas políticas habitacionais, refletido em um déficit habitacional absoluto de 36 mil domicílios até 2019, conforme dados da Fundação João Pinheiro. O retorno do governo Lula ao investimento no programa Minha Casa, Minha Vida, a partir de 2024, representa um esforço significativo para reduzir esse déficit, gerando empregos e desenvolvimento urbano.

Em 2024, foram anunciadas a entrega de 1.256 moradias em Aracaju, oferecendo melhores perspectivas para famílias em situação de vulnerabilidade, incluindo aquelas em situação de rua. As faixas de renda foram ajustadas, com destaque para a Faixa 1, agora direcionada a famílias com renda bruta de até R\$ 2.640, um aumento em relação aos R\$ 1.800 anteriores. Historicamente, essas famílias recebem subsídios que variam de 85% a 95% do valor do imóvel.

Além disso, o programa incorporou modalidades de locação social e moradia urbana usada, posicionando os novos empreendimentos próximos a áreas comerciais, serviços e infraestrutura pública melhorada. A meta até 2026 é a contratação de 2 milhões de moradias em todo o país.

A gestão do PT em Aracaju reitera seu compromisso de integrar políticas públicas de habitação com o governo Lula, visando reconstruir a esperança das famílias mais necessitadas, reafirmando o sucesso dessa parceria comprovada ao longo do tempo.

Propostas para Habitação:

- **Periferia Viva: Construir uma agenda municipal prioritária para as periferias aracajuanas, focada na urbanização dos bairros periféricos.**
- **Restabelecer o Conselho da Cidade como órgão responsável pela gestão de políticas urbanas em Aracaju, incluindo habitação social, saneamento, mobilidade, sustentabilidade e desenvolvimento urbano. O Conselho, composto por representantes da sociedade civil, terá a missão de debater, acompanhar e melhorar as políticas públicas urbanas, promovendo transparência e inclusão na tomada de decisões e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.**



- Implementar a regularização fundiária em Aracaju para assegurar o direito à propriedade, especialmente para grupos vulneráveis que atualmente não têm garantido o título de seus imóveis.
- Criar o IPTU Social, que oferece isenção ou redução do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para famílias de baixa renda, especialmente aquelas que adotam crianças órfãs ou abandonadas.
- Revitalizar e humanizar o Centro de Aracaju para resgatar valores sociais e históricos. Isso inclui a recuperação de edifícios históricos, melhoria da infraestrutura urbana e criação de espaços públicos de convivência.
- Criar uma política de habitação de interesse social em Aracaju, focada em atender famílias com renda de 0 a 3 salários-mínimos, aproveitando casas abandonadas para combater o déficit habitacional. A proposta visa transformar imóveis desocupados, muitas vezes devido a questões tributárias ou falta de proprietários, em moradias dignas.
- Integrar saneamento básico e mobilidade urbana em Aracaju por meio da implementação de asfalto ecológico. A proposta visa coordenar as empresas de saneamento (DESO e EMSURB) para evitar que o conserto de problemas de saneamento afete negativamente a infraestrutura de mobilidade, promovendo uma abordagem mais eficiente e sustentável.
- Ampliar as oportunidades de entregas do programa Minha Casa, Minha Vida do governo Lula para a capital sergipana, priorizando as famílias em situação de vulnerabilidade social.
- Desenvolver comunidades integradas com moradias, áreas comerciais, serviços públicos e espaços de lazer em um único local para criar bairros autossuficientes, reduzir deslocamentos e melhorar a qualidade de vida.
- Criar um observatório da habitação para monitorar e avaliar políticas habitacionais, identificar áreas de melhoria e assegurar que as ações atendam às necessidades da população. O observatório será composto por especialistas, representantes da sociedade civil e membros do governo.
- Fortalecer o Fundo Municipal de Habitação para financiar projetos habitacionais, manutenção de moradias e apoio a famílias de baixa renda, composto por recursos públicos e privados, incluindo doações e parcerias com instituições financeiras.
- Desenvolver um programa de segurança habitacional para prevenir desastres naturais, como deslizamentos e inundações, em áreas de risco. Inclui realocação de famílias, obras de contenção e infraestrutura de drenagem.

DESAFIOS ENERGÉTICOS:

- Embora as cidades não tenham autoridade significativa em aspectos amplos da política energética, como produção, regulação e tributação, os municípios, especialmente nas áreas metropolitanas, podem influenciar direta e indiretamente as dinâmicas econômicas e tecnológicas do setor.
- O debate se concentra na transição para uma economia orientada para a descarbonização e a meta de zero emissões líquidas. Além disso, considera-se a acessibilidade da população, já que em 2021 cerca de 46% das famílias brasileiras gastavam pelo menos metade de sua renda com eletricidade e gás de cozinha, destacando a dificuldade de acesso à energia devido ao alto custo das tarifas em relação à renda média. Isso sublinha a importância de implementar políticas para combater a pobreza energética, como o Programa Luz para Todos, que beneficiou 16,8 milhões de pessoas em áreas anteriormente não atendidas.
- A transição para uma matriz energética sustentável é a principal ferramenta para enfrentar as mudanças climáticas e garantir um futuro mais verde para as cidades. As propostas a seguir visam promover a eficiência energética e a utilização de fontes renováveis:

**Combate à Pobreza Energética:**

- Assegurar acesso universal a serviços energéticos essenciais e promover fontes mais limpas e sustentáveis.
- Universalizar o acesso ao gás de cozinha para famílias de baixa renda, dado que o custo de um botijão de gás pode representar até 11% da renda de famílias que ganham meio salário-mínimo por mês.
- Expandir o uso de alternativas sustentáveis para a cocção, como fogões solares, elétricos e a gás natural.

Governança e Eficiência Energética:

- Valorizar a gestão energética através de uma governança bem estruturada e coordenada entre os diversos atores do setor, facilitando decisões estratégicas para o uso racional da energia.
- Estabelecer uma secretaria municipal dedicada à transição energética e mudança climática para monitorar as transformações energéticas e as emissões locais.
- Implementar uma governança energética municipal que promova inteligência energética, eficiência no consumo e redução dos gastos municipais com energia.
- Apoiar a adoção de tecnologias que melhorem a gestão urbana, como redes elétricas inteligentes (smart grids) para melhor resposta a eventos climáticos extremos e melhor gerenciamento da iluminação pública.
- Aprimorar o sistema de gestão de plantio de árvores, melhorando a cooperação entre distribuidoras e prefeituras.

Mobilidade Urbana:

- Promover a integração de diferentes modos de transporte, priorizando o transporte coletivo gratuito para reduzir a dependência de veículos movidos a combustíveis fósseis.
- Eletrificar as frotas de ônibus municipais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.
- Instalar pontos de recarga de veículos elétricos nas garagens de ônibus, utilizando sistemas de Geração Distribuída.
- Incentivar o uso de biocombustíveis e combustíveis sintéticos renováveis em frotas de ônibus municipais não elétricos como alternativa de baixa emissão de carbono.
- Adotar o asfalto ecológico, um concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) com borracha de pneus triturada, que oferece maior durabilidade e menor desgaste em comparação ao asfalto convencional.

Iluminação Pública:

- Adotar tecnologias mais eficientes, como lâmpadas LED e sistemas de gestão inteligente, para reduzir o consumo de energia, custos de manutenção, melhorar a qualidade da iluminação e aumentar a segurança nos espaços públicos. E ampliar a iluminação em áreas periféricas.
- Desenvolver parcerias público-privadas (PPPs) para modernizar a iluminação pública, transferindo responsabilidades e riscos para o setor privado, sempre sob regulação pública.

**Gestão de Resíduos Urbanos:**

- Implementar um sistema de coleta de lixo inteligente, onde resíduos recicláveis são depositados em recipientes e transportados para aterros por dutos subterrâneos. Com a coleta organizada por bairros ou regiões para otimizar o aproveitamento dos materiais.
- Produzir biogás e biometano a partir de resíduos orgânicos como alternativa energética para reduzir emissões de gases de efeito estufa, criar uma fonte de energia limpa e promover empregos verdes e desenvolvimento local dentro da economia circular.
- Estabelecer consórcios intermunicipais para expandir o tratamento e a produção de biogás, viabilizando a construção de usinas de geração de biometano.
- Incentivar, nos aterros sanitários, a transformação do biogás em biometano, um biocombustível renovável e de baixo impacto ambiental, utilizável em termelétricas, gasodutos, GNC e outros;

Potenciais Energéticos:

- Petróleo: Estabelecer fundos de apoio às políticas sociais financiados pelos royalties e diversificar a matriz energética local. Capacitação de jovens para qualificar a mão de obra local com consciência ambiental.

Eólica:

- Implementar programas de monitoramento ambiental e saúde pública para mitigar os impactos ambientais e sociais das turbinas eólicas, enquanto capacita a mão de obra local.

Solar:

- Instalar painéis solares em edifícios públicos para reduzir os custos de energia e promover programas de microgeração distribuída em áreas de assentamentos.

Biocombustíveis:

- Superar desafios associados à competição com a produção de alimentos e aos impactos ambientais, investindo em inovação tecnológica para maximizar o potencial dos biocombustíveis de forma econômica e ambientalmente sustentável.



COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA E INCLUSÃO DIGITAL





Comunicação Democrática e Inclusão Digital

Embora muitas iniciativas para assegurar uma comunicação democrática no país dependam de políticas públicas nacionais, é viável implementar projetos de comunicação no nível municipal com foco na conscientização sobre os direitos da população.

Os governos e outros poderes devem trabalhar para promover maior democratização dos meios de comunicação, garantir transparência e facilitar o acesso à informação, garantindo diversidade e pluralidade de fontes e opiniões. É crucial distinguir entre as iniciativas institucionais governamentais (como a comunicação da prefeitura e da câmara municipal) e as políticas públicas destinadas a promover a cidadania por meio da disseminação de informações precisas e de qualidade, especialmente frente à grande quantidade de notícias falsas que circulam nas redes sociais.

As diretrizes são:

- **Garantir acesso à Internet por meio de wi-fi livre em praças, parques e áreas centrais e turísticas da cidade; telecentros, laboratórios de fabricação digital (Fab Labs), laboratórios hacker e de programação;**
- **Assegurar a conectividade de equipamentos públicos como escolas municipais, bibliotecas e salas de leitura;**
- **Contribuir para ampliar a pluralidade e diversidade de fontes de informação no município, reconhecendo a comunicação como direito humano essencial à liberdade de expressão de todos e todas;**
- **Combater a desinformação e as 'fake news';**
- **Utilizar a Comunicação institucional como ferramenta de conscientização dos direitos da população e democratização da gestão municipal, com transparência das ações e programas do governo;**
- **Garantia de acesso da população local às informações e serviços públicos, bem como participação popular na definição, monitoramento e implementação das políticas públicas municipais;**
- **Contribuir com a integração das diversas políticas públicas, usando a comunicação institucional como instrumento de construção da transversalidade e complementaridade dessas políticas públicas municipais;**
- **Implementar um Plano Municipal de Comunicação com participação ampla, direta e descentralizada da sociedade civil organizada;**
- **Criar mecanismos que protejam os dados da população no serviço público e ao mesmo tempo promovam uma comunicação eficiente com vistas à conscientização das pessoas sobre seus direitos.**
- **Implementar de fato no âmbito municipal a Lei de Acesso à Informação (No 12.527/2011), garantindo que a prefeitura, secretarias municipais, empresas públicas e autarquias se comprometam a responder às demandas em prazo legal (5 dias); esforço de transparência das informações que deve ser extensivo também às Câmaras de Vereadores;**
- **Assegurar o máximo de transparência e interatividade nos portais da prefeitura e da Câmara Municipal, possibilitando que o cidadão e a cidadã tenham acesso as principais informações sobre a gestão e utilizem os serviços remotos de gestão (matrículas, certidões, alvarás, consultas médicas, exames), com acolhimento de suas dúvidas, críticas, sugestões e elogios.**
- **Dar maior conhecimento dos serviços de Ouvidoria à população, pois eles permitem dimensionar quais demandas encaminhadas estão sendo melhor respondidas ou equacionadas, no prazo e/ou na qualidade desejada;**



- Produzir relatórios mensais das Ouvidorias e publicá-los nos respectivos portais da Prefeitura, Câmara Municipal, secretarias, empresas e autarquias públicas municipais;
- Investir na comunicação via plataformas de redes sociais mais utilizadas na cidade e utilizá-las para o estabelecimento de um diálogo mais rápido e uma escuta frequente com a população;
- Adotar softwares livres na administração municipal (executivo e legislativo), com padrões abertos e licenças livres nos documentos e publicações dos órgãos públicos municipais;
- Garantir a Secretaria Municipal de Comunicação com capacidade para coordenar as diferentes assessorias de comunicação que servem ao poder público, fazendo uma gestão integrada dos diferentes meios e instrumentos de comunicação existentes;
- Fazer uma gestão democrática, transparente e eficiente da Imprensa Oficial, cujo instrumento primeiro é o Diário Oficial do Município.
- Investir na comunicação via plataformas de redes sociais mais utilizadas na cidade e utilizá-las para o estabelecimento de um diálogo mais rápido e uma escuta frequente com a população;
- Adotar softwares livres na administração municipal (executivo e legislativo), com padrões abertos e licenças livres nos documentos e publicações dos órgãos públicos municipais;
- Garantir a Secretaria Municipal de Comunicação com capacidade para coordenar as diferentes assessorias de comunicação que servem ao poder público, fazendo uma gestão integrada dos diferentes meios e instrumentos de comunicação existentes;
- Fazer uma gestão democrática, transparente e eficiente da Imprensa Oficial, cujo instrumento primeiro é o Diário Oficial do Município.

POLÍTICAS GERAIS

- **Realização de Conferências Municipais de Comunicação:** apoiar conferências periódicas de comunicação com participação tripartite para debater, formular e deliberar políticas públicas.
- **Conselho Municipal de Comunicação:** criar e apoiar um Conselho Municipal de Comunicação com representação majoritária da sociedade civil e uma composição equilibrada entre os Poderes Públicos e a sociedade.
- **Gestão da Imprensa Oficial:** gerir a Imprensa Oficial de forma democrática, transparente e eficiente, especialmente através do Diário Oficial do Município.
- **Fortalecimento das Mídias Públicas e Alternativas:** destinar um percentual mínimo de verbas públicas de publicidade para mídias comunitárias, populares e alternativas, como rádios, TVs comunitárias, jornais de bairro e sites independentes.
- **Fomento às Mídias Populares e Alternativas:** Instituir um Fundo de Fomento Municipal para a Comunicação Popular, com editais públicos lançados de forma transparente.
- **Formação e Alfabetização Digital:** implementar programas de formação e alfabetização digital em escolas, pontos de cultura e comunidades carentes, incluindo expansão de redes de fibra óptica.
- **Distribuição de Microcomputadores e Expansão de Banda Larga:** distribuir microcomputadores para escolas públicas e ampliar o acesso à banda larga gratuita com hotspots e telecentros.
- **Educomunicação e Leitura Crítica da Mídia:** desenvolver a educomunicação e a leitura crítica da mídia nas escolas públicas municipais, promovendo a integração de temas educacionais.



CULTURA E A NOSSA IDENTIDADE





Cultura e a Nossa Identidade

Estamos empenhados na construção de uma sociedade mais justa e humana, que reconheça suas raízes ancestrais e trabalhe para reduzir as desigualdades no país. Acreditamos que a cultura é uma ferramenta essencial para o conhecimento, a identidade, a formação pessoal e o desenvolvimento econômico das cidades.

Em Aracaju, a cultura é gerida pela Fundação Cultural Cidade de Aracaju (Funcaju), que, em 2023, teve uma receita anual de aproximadamente R\$ 6.196.030,22. A Funcaju conta com 144 cargos nomeados e organizou 16 eventos ao longo do ano. No entanto, apesar desses números, a valorização da cultura local ainda é insuficiente. Enquanto mais de R\$ 7 milhões foram investidos em três eventos nacionais de grande porte (Réveillon, Projeto Verão e as festividades de aniversário de Aracaju), as 27 atrações locais receberam apenas R\$ 233 mil em cachês.

Essa falta de valorização também se reflete nos editais de projetos culturais, que, apesar de oferecerem incentivos e recursos nacionais, frequentemente não beneficiam a maioria dos agentes culturais locais. Além disso, a ausência de um mapeamento adequado limita a implementação efetiva de políticas públicas no setor cultural.

O governo federal, sob a liderança do PT, estabeleceu o Sistema Nacional de Cultura para assegurar a participação ativa dos profissionais da cultura na formulação de diretrizes e prioridades para o setor, exigindo conselhos verdadeiramente democráticos. No entanto, em nossa capital, o Conselho Municipal de Cultura tem sido comprometido, enfraquecendo a essência democrática proposta por essa política pública.

É urgente que o Sistema Municipal de Cultura, criado em 2010, seja efetivamente implementado para incluir os agentes culturais locais. Para fortalecer a identidade cultural de Aracaju e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, é essencial promover e valorizar a cultura produzida nos diversos bairros e comunidades, integrando-a nas escolas e preservando nosso patrimônio cultural.

Com o retorno do Ministério da Cultura sob o governo do presidente Lula, temos uma oportunidade para avançar. O setor cultural brasileiro conta com 387,6 mil empresas, gerando uma receita líquida de R\$ 741 bilhões em 2021 e empregando 5,5 milhões de pessoas, o que corresponde a 5,6% da força de trabalho nacional. No entanto, 43,2% desses trabalhadores estão na informalidade e 40,9% são registrados pela CLT. O total de salários pagos alcançou R\$ 83,3 bilhões, com uma média mensal de R\$ 4.135,00. Apesar de 43,7% dos postos de trabalho no setor serem ocupados por mulheres, persiste uma disparidade salarial significativa, com homens ganhando em média R\$ 4.730,37 e mulheres R\$ 3.354,00.

Para criar um ambiente cultural vibrante e inclusivo, precisamos desenvolver políticas que valorizem a diversidade cultural, incentivem a participação da comunidade e garantam o acesso universal a bens e serviços culturais.

Diretrizes:

- **Adequar o Sistema Municipal de Cultura seguindo as diretrizes e normas do Sistema Nacional de Cultura (SNC), conforme a Lei 14.835/2024, para garantir os direitos culturais e promover a gestão colaborativa das políticas públicas de cultura entre os entes federativos.**
- **Ampliação da oferta de editais culturais nas diferentes linguagens, bem como a capacitação dos agentes de culturais para a participação dos editais.**
- **Reformulação do Conselho Municipal de Cultura com o compromisso na democratização da composição, garantindo aos fazedores de cultura o poder real sobre as diretrizes do setor.**
- **Criação ou adesão aos fundos municipais de cultura para preservar equipamentos culturais, patrimônios tombados, completar obras e restaurações, além de assegurar a conservação de acervos materiais e imateriais. Como também o departamento municipal de patrimônio cultural.**



- **Ampliação do Programa dos Pontos de Cultura para fortalecer as culturas populares e grupos menos favorecidos, celebrando a diversidade através de nossos povos e segmentos culturais.**
- **Garantia de direitos e inclusão dos trabalhadores e técnicos da cultura, com atenção especial à formação, acesso e inclusão de grupos diversos como jovens, idosos, LGBTQ+, populações de baixo IDH e territórios não titulados.**
- **Inclusão digital para promover a inclusão social e o acesso às políticas públicas de cultura, fortalecendo os meios de comunicação para melhor divulgação e monitoramento das políticas públicas nos municípios brasileiros.**
- **Reconhecimento da importância da cultura na transformação dos territórios periféricos, urbano e rural, promovendo políticas públicas que financiem atividades culturais nessas regiões, com inclusão de grupos sem personalidade jurídica através de repasses via CNPJ e CPF.**
- **Retomar uma política participativa de fato, envolvendo as organizações das periferias em nível municipal. A escuta garante o exercício da cidadania.**
- **Dar transparência ao uso dos recursos do fundo de cultura.**
- **Organizar os festejos juninos do município focados no estímulo às tradições tanto no Forró Caju quanto nos bairros.**
- **Organizar o Carnaval da Cidade focado nos bairros e no apoio aos Blocos, Bandas, Fanfarras e Artistas locais.**
- **Fortalecer e fomentar os surgimentos de grupos de cultura em todas as regiões e bairros da cidade.**
- **Promover festivais municipais de Música, Dança, Teatro, Hip Hop, Grafite, capoeira, dentre outros, a fim de promover e fortalecer a cultura no município.**
- **Refazer calendário de eventos culturais para além das datas das manifestações tradicionais do município.**
- **Instalar esculturas de artistas locais em vários locais do município.**
- **Estabelecer parceria com Universidades, visando produção acadêmica da história e da cultura do município.**
- **Requalificar as Bibliotecas Públicas Municipais (reforma).**
- **Reativar as funcionalidades e o caráter social do Centro de Criatividade.**
- **Criar o projeto Troca e Feira de Livros e Artes Itinerante a ser realizada em parceria com as escolas e comunidades uma vez por mês em cada bairro, circulando toda a cidade.**
- **Fortalecer as Associações Culturais do município, através de capacitação e suporte técnico.**



EDUCAR, INCLUIR E DEMOCRATIZAR

Camilo Santana
Ministro da Educação





Educar, Incluir e Democratizar

Apesar de ser um direito de todo cidadão brasileiro, o acesso à educação ainda não é igual para todos e todas. Em Aracaju, segundo a atual gestão municipal, cerca de 2.835 crianças estão fora das escolas por falta de vagas em creches, em pré-escola e no ensino fundamental — números que podem representar um cenário mais otimista do que a realidade. Os números apontam para a realidade de crianças e de famílias que veem suas oportunidades de desenvolvimento humano e social minadas por um poder público que não consegue responder às suas obrigações e às necessidades de nossa gente.

Das 2.835 crianças que não possuem acesso à educação, 1.782 aguardam vaga em creches. Dessa forma, mães aracajuanas se veem numa situação desesperadora de não ter a segurança de deixar seu filho num ambiente protegido, que proporciona o desenvolvimento social do seu filho, enquanto trabalham ou buscam emprego.

Nos governos petistas, a educação é prioridade e temos como meta que todos os cidadãos e todas as cidadãs, independentemente da classe social, possuam condições igualitárias de acesso às diversas etapas da educação. No governo federal, foram as gestões petistas que ampliaram as vagas em instituições públicas federais de superior e técnico e implementaram o sistema de cotas, que enfrenta a desigualdade de oportunidades dos diferentes grupos sociais. Além disso, é requisito para o recebimento de benefícios sociais de programas como o Bolsa Família que as crianças que compõem aquele núcleo estejam devidamente matriculadas e frequentando a escola, evidenciando a educação como parte da política social.

O Partido dos Trabalhadores compreende que para uma sociedade justa para todos e para todas, o acesso a uma educação de qualidade, democrática, universal, agregadora e emancipadora é primordial e, por isso, na nossa gestão democratizaremos o acesso à educação de qualidade e, como prioridade, zerar a fila de creches e escolas nos 180 primeiros dias da gestão.

Uma educação de qualidade depende não apenas de vagas, mas de profissionais comprometidos e com condições de explorar os potenciais dos estudantes, por isso, investiremos na formação e na valorização contínua dos nossos professores.

Diretrizes:

- **Zerar a fila de espera à educação municipal nos 180 primeiros dias da gestão;**
- **Garantir a formação continuada dos profissionais da educação e programas específicos com orientação antirracista, anti homofóbica e que combata toda forma de discriminação.**
- **Combater o adoecimento dos profissionais da educação;**
- **Fortalecer a carreira do magistério e a realização de concurso público;**
- **Elaborar um diagnóstico minucioso da educação municipal (equipamentos, infraestrutura e condições de trabalho);**
- **Incorporação das novas tecnologias à cultura de ensino e aprendizagem escolar.**
- **Modernização e transparência da gestão educacional.**
- **Melhoria no transporte e alimentação escolar com um zelo especial em localidades com concentração de famílias em situação de insegurança alimentar.**
- **Estímulos de atividades educacionais que estimulem o resgate e valorização da história de Aracaju e da nossa gente.**
- **Incorporação do recorte de gênero e raça nas metodologias de análises e avaliação da qualidade da educação, oportunidade de emprego e combate a todas as formas de violência.**
- **Estabelecer um espaço de negociação permanente junto aos profissionais de educação e a sociedade sobre as necessidades no ambiente escolar.**
- **Investir na melhoria do espaço físico das escolas para atender as necessidades da comunidade.**



- Adaptação e construção gradual de escolas de tempo integral em cada bairro do município.
- Valorizar o Conselho Municipal de Educação.
- Dotar as escolas com capacidade de atender às necessidades de realização de atividades esportivas, culturais, interdisciplinares e viabilizar a ampla utilização da informática na educação.
- Promover aos fins de semana que existam atividades esportivas, recreativas e culturais no espaço escolar.
- Implantação de planejamento e projetos no combate à evasão escolar, ao baixo desempenho, e ao distanciamento das famílias das unidades escolares.
- Habilitar os profissionais de Educação para atuarem com eficácia frente às demandas dos alunos PCD's.
- Inserir nos currículos de educação infantil e ensino fundamental diversos conhecimentos alinhados aos universais valores da pessoa humana, relativos aos direitos humanos.
- Reestruturar o plano municipal de alfabetização para superar o desafio do analfabetismo na cidade.
- Assegurar turmas da EJA nas diferentes localidades do município.
- Garantir no ambiente escolar um espaço para atender as crianças de pais que estejam cursando a EJA.
- Criar o “Pé-de-Meia” municipal, oferecendo incentivo financeiro a estudantes da rede pública municipal de Aracaju.
- Criar uma política de promoção de saúde para os profissionais da educação.
- Criar um Programa de Segurança nas Escolas, incluindo parceria com o Governo Federal.
- Fortalecer os Conselhos Escolares ativando a participação da comunidade.
- Realizar projeto de olimpíadas do conhecimento, estimulando o desempenho e a qualidade dos alunos na relação com os professores e suas respectivas disciplinas.
- Recuperação física e ampliação do número de creches municipais.
- Mapeamento e organização de credenciamento de parcerias para funcionamento de creches comunitárias em parceria com a prefeitura.
- Envolver a família no processo educativo.
- Criar oficinas com material reciclado e realizar as trilhas interpretativas ecológicas.
- Produzir materiais didáticos sobre geografia e história local.
- Projeto Turismo nas Escolas, estimular que os alunos visitem espaços públicos representativos da nossa cidade.
- Realizar nas escolas festivais de Cultura, Esporte, Tecnologia e Arte (Fortalecer os intercolegiais como Futebol, Xadrez, Tênis de Mesa, Artes Marciais).
- Criar uma Plataforma online com informações e indicadores sobre a Rede Municipal de Ensino.



SAÚDE TODO DIA

Nisia Trindade
Ministra da Saúde





Saúde Todo Dia

As ações e serviços de saúde em Aracaju devem ter como princípio a garantia da saúde como direito humano, constitucional e de responsabilidade do Estado, com recursos adequados para o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Essas ações devem promover o desenvolvimento humano integral, respeitando as condições e escolhas de cada indivíduo ao longo de sua vida, considerando especificidades de gênero, classe social, raça, etnia, religião e ocupação.

Durante a gestão do PT em Aracaju, com Rogério Carvalho e Marcelo Déda, a saúde foi uma prioridade, destacando-se a construção e reforma de postos de saúde, e a criação dos hospitais Nestor Piva e Fernando Franco. Também foi instaurado o SAMU, um serviço de atendimento móvel de urgência que se tornou referência nacional e foi implantado no início do governo Lula.

O legado do PT na saúde inclui notáveis avanços como as maiores metas de vacinação do Brasil, investimentos na atenção básica com equipes multidisciplinares de saúde da família, e a criação da Farmácia Popular, com fornecimento regular de medicamentos. Além disso, foram construídos Centros de Especialidades Odontológicas e Centros de Atenção Psicossocial.

Esse período também é marcado pelos menores índices de mortalidade infantil e políticas efetivas no combate ao câncer e à DST/AIDS. A valorização e formação contínua dos profissionais de saúde, aliadas aos investimentos no Sistema Único de Saúde, resultaram em diversas conquistas e prêmios nacionais, como o Prêmio Brasil Sorridente, e o reconhecimento de Aracaju como referência em atenção básica.

Cabe ao município estabelecer estratégias para facilitar o acesso do cidadão aos serviços de saúde e ampliar a oferta de especialidades na rede. Nesse aspecto, o uso de tecnologia e a capacitação e reforço dos agentes de saúde e de endemias se destacam para a implementação de uma plataforma de saúde cidadã, acolhedora e que facilite o acesso do cidadão ao SUS.

O fortalecimento da Atenção Básica, com foco na Estratégia Saúde da Família (ESF) e na reorganização das equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde, que dá continuidade ao NASF, serão partes importantes do nosso governo, bem como a implementação do “Mais Acesso a Especialistas”, e demais políticas que o município poderá efetuar com a parceria do Ministério da Saúde, para superar gargalos e filas de espera para consultas, exames, procedimentos e cirurgias eletivos.

Outro ponto que exige o nosso comprometimento é a atenção à saúde mental. Atualmente, o aracajuano que busca os serviços de saúde da prefeitura encontra severas dificuldades para o tratamento de questões psiquiátricas e psicológicas. Apesar do crescimento da demanda, a atual gestão não responde com necessária ampliação da oferta, se mostrando distante das necessidades da classe trabalhadora, que não consegue arcar com os custos desses tratamentos e possuem o direito de acessá-lo pelo SUS.

Compreendemos a saúde não apenas no atendimento às necessidades individuais do cidadão, mas na ação voltada a todo conjunto social, por meio de políticas de prevenção de doenças e promoção de saúde com ações de vigilância sanitária e epidemiológica, alimentação e nutrição.

Com base na experiência já vivida pelos aracajuanos e aracajuanas, de atendimento humanizado e efetivo, temos a convicção de devolver ao povo da capital sergipana a saúde como um pilar no desenvolvimento da nossa cidade e da nossa gente.

São diretrizes:

Na Atenção Básica:

- **ATENÇÃO BÁSICA com o Saúde Todo Dia:**
- **Rapidez no acolhimento e no acesso à marcação de consultas e exames.**
- **Reestruturação e ampliação das equipes de saúde da família, bem como do número de unidades básicas de saúde, com a construção de pelo menos mais 10 UBS's.**



- Ressignificar o trabalho de Agentes Comunitários de Endemias e Agentes Comunitários de Saúde com base no olhar sob o território e famílias, a vulnerabilidade e riscos, a vigilância, a prevenção e aprimorar à saúde, garantindo assim as condições de acolhimento à população.
- Reorganizar e ampliar os eMulti (equipes multidisciplinares no atendimento ao usuário).
- Universalizar o atendimento odontológico na atenção básica, com a ampliação de equipes, implementação de Raio-X Odontológico, incluindo cirurgião dentista no Programa Melhor Em Casa.
- Ampliar o programa Melhor Em Casa com novas equipes multiprofissionais para garantir assistência domiciliar, articulada aos demais níveis de assistência.
- Implantar o Programa de Cuidados Paliativos para atendimento humanizado em domicílio.
- Implantar no acolhimento de acesso o indicador sobre segurança alimentar, avaliando os riscos de domicílio para garantir o cuidado em saúde e inclusão nas políticas de assistência social.
- Qualificar as equipes em princípios de segurança alimentar e nutricional com vistas a implantação de um Programa Municipal de Combate ao excesso de peso e a obesidade.
- Implementar o Programa Consultório Na Rua, fazendo a busca ativa para atualização dos serviços de saúde da população vulnerável, especialmente os moradores de rua.
- Organizar uma Rede de Formação em Saúde Pública que envolva todas e todos os serviços de saúde municipais e instituições de ensino focado na formação técnico-política dos profissionais com restabelecimento do Centro de Formação e Desenvolvimento dos Trabalhadores da Saúde.
- Implementar e fortalecer a política de atenção integral à saúde da mulher, com a prevenção, agilidade no diagnóstico, exames e consultas especializadas e encaminhamentos para rapidez na resolutividade das questões em saúde.
- Estruturar o atendimento especializado à vítima de violência doméstica e abuso sexual, capacitando as equipes de saúde no atendimento humanizado à vítima.
- Construir e implantar o Plano de Ação da Primeira Infância na Saúde de Aracaju com a criação de núcleo articulador com as demais políticas de assistência.
- Implementação de uma política de atenção integral à saúde da criança com ênfase em assistência ao aleitamento materno, vacinação, atendimento especializado, acesso aos testes rápidos e acolhimento humanizado.
- Implementar o prontuário eletrônico conectando-o às redes assistenciais de saúde.
- Dar prioridade ao combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, chikungunya e zika.
- Informatizar a Rede, com uso de Telessaúde, integrando-a à atenção básica e outros serviços do SUS.
- Ampliar o Programa Nacional de Imunizações, com ampla mobilização e ampliação de investimentos que garantam cobertura superior a 95% da população, ao mesmo tempo desenvolvendo estratégias que combatam as fake news e o movimento antivacina.
- Enfrentar as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), com prioridade para o câncer e as enfermidades cardiovasculares, com medidas e ações preventivas e diagnóstico precoce.
- Orientar as políticas de prevenção e controle do uso abusivo de álcool e outras drogas, fortalecendo a rede de atenção psicossocial com base no cuidado, liberdade e respeito aos Direitos Humanos.
- Fortalecer no nível municipal o Programa Farmácia Popular, a Farmácia Viva e Fitoterápicos, a política nacional de assistência farmacêutica em todos os níveis de atenção, permitindo o acesso rápido, qualificado, racional e eficaz aos medicamentos.
- Reestruturar a assistência farmacêutica do município, considerando os princípios do SUS, implantando uma política de distribuição com qualidade e regularidade nos diversos programas de assistência.



- Fortalecer a participação popular democrática e o controle social no SUS por meio das Conferências e Conselhos municipais, os quais devem ser referência para a deliberação de políticas de saúde, com planejamento participativo, transparência de gestão e ampliação da base social de defesa do SUS.
- Investir na descentralização do SUS, regionalização e pactuação tripartite de compromissos.
- Valorizar o trabalho em saúde para que os trabalhadores/as da saúde tenham vínculos protegidos por concursos, salários, jornadas e ambientes de trabalhos dignos, saudáveis e seguros.
- Retomar as mesas permanentes de negociação coletiva, sempre que cabível, no plano municipal.
- Articular universidades e instituições de ensino, gestão pública, serviços de saúde, trabalhadores/as e movimentos sociais.
- Garantia da Atenção integral à Saúde da pessoa idosa.
- Intensificar a parceria com a Secretaria de Educação para realizar ações do Programa Saúde na Escola fortalecendo as políticas de saúde e educação.
- Reativar e ampliar o número de academias populares nos bairros.
- Incentivar a prática de atividades físicas através da implantação de programa de ginástica laboral.
- Promover mutirões, campanhas, palestras e oficinas, com o objetivo de orientar o autocuidado em todas as dimensões da saúde.
- Promover ações de educação alimentar com foco nas crianças, adolescentes e idosos a partir das escolas municipais
- Reconhecer a importância do quesito raça/cor nos sistemas de informação em saúde.
- Consolidar a Rede de Atenção à pessoa com deficiência.
- Reduzir a taxa de mortalidade infantil.

NAATENÇÃO HOSPITALAR com o Saúde Todo Dia:

- Reestruturar a Rede Hospitalar, identificando as áreas de desequilíbrio na atenção hospitalar de média e alta complexidade, buscando equalizar as ofertas nos leitos Clínicos, Obstétricos, Pediátricos e de UTI conforme a necessidade da população.
- Reorganizar a Rede Hospitalar articulando as unidades assistenciais, de modo a garantir ofertas complementares entre os Hospitais, fomentando áreas críticas da alta complexidade como a Cirurgia Cardíaca, Ortopédicas, Neurocirurgia, Cabeça e Pescoço e Cirurgias Oncológicas, buscando o atendimento das demandas de saúde.
- Remapear os hospitais municipais conforme perfil assistencial, propondo a reorganização e reestruturação da rede de assistência hospitalar a fim de viabilizar o acesso aos níveis de complexidade em saúde que as necessidades exigirem;
- Reavaliar as contratualizações com os prestadores hospitalares, com o intuito de ampliar a oferta de serviços em todos os níveis de complexidade conforme a demanda, buscando a excelência no atendimento da população.
- Consolidar o padrão de integralidade na rede hospitalar interligando-a às outras redes assistenciais, buscando a continuidade da linha do cuidado do usuário no sistema de saúde municipal.
- Implantar os protocolos de urgência mental, serviço hospitalar de referência AD, leitos de CAPS e ações no território sob a coordenação da Atenção Psicossocial.

**URGÊNCIA:**

- Construção de pelo menos 3 novas Unidades de Pronto Atendimento (UPA`S), bem como a revisão do contrato vigente com a UPA Nestor Piva.
- Implementar nas UPA`s um acolhimento com protocolo integral para as vítimas de AVC, infarto agudo do miocárdio e trauma.
- Reestruturar com novos protocolos e novas tecnologias, o Controle, Regulação e Monitoramento da Secretaria, com vistas a melhoria na prestação de serviços e exames especializados.
- Instituir o SAMU Aracaju (192) sendo regulado por meio da Central de Regulação Municipal.
- Implantação de atendimento no SAMU ao usuário com comorbidade de obesidade.
- Implementar o protocolo de atendimento no SAMU ao paciente psiquiátrico para garantir a segurança e o acolhimento adequado para situações de crise.

ESPECIALIDADES:

- Ampliar a capacidade instalada nos centros de especialidades, descentralizando serviços e tornando-os mais acessíveis e resolutivos.
- Investir na densidade tecnológica dos Centros de Especialidades, em consonância com a política do Ministério da Saúde “Programa Mais Acesso a Especialistas”, visando ampliar a oferta dos serviços e a qualificação do cuidado.
- Implementar o Centro de Reabilitação para cuidar das pessoas que precisam de tratamento neuromotores, intelectuais, auditivos, visuais, e pessoas ostomizadas.
- Reorganização da rede de Atenção Psicossocial com ampliação de profissionais, capacidade instalada dos CAP`s, e leitos de urgência.
- Reestruturar a rede de atenção aos usuários de álcool e drogas.
- Garantir o diagnóstico e acompanhamento da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).
- Garantir o fornecimento permanente de insumos e medicamentos e equipamentos nos atendimentos odontológicos especializados.
- Implementar a rede de cuidado da Atenção Materno Infantil e da Saúde da Criança, com foco na agilidade no atendimento e na prevenção.
- Implantar um novo Centro de Especialidade Odontológica na zona norte da capital.
- Implementar um Núcleo de Especialidades Médicas da Mulher com foco na agilidade no atendimento e prevenção de doenças.
- Revisar contrato da nova maternidade municipal a fim de garantir o funcionamento humanizado aos usuários.
- Fortalecer os serviços de IST/AIDS do município.
- Garantir a regularidade na distribuição ininterrupta de medicamentos nas unidades básicas de saúde, bem como de insumos para pacientes diabéticos.
- Garantir o atendimento humanizado à população LGBTQIA + com protocolos definidos, respeitando suas especificidades.
- Reativar o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e torná-lo articulado com demais serviços da saúde, assistência social e previdência (INSS).
- Reavaliação periódica da lista de medicamentos distribuídos nas unidades de saúde, garantindo a atualização de novos medicamentos de acordo com as necessidades da população.
- Fortalecer a Ouvidoria Municipal de Saúde garantindo profissionais qualificados para uma escuta ativa diante dos problemas internos e das demandas externas da população.
- Reestruturar os serviços de referência em tuberculose, hanseníase e leishmaniose.



JUVENTUDE E A TRANSFORMAÇÃO DO AMANHÃ





Juventude e a Transformação do Amanhã

As experiências e oportunidades que uma pessoa tem acesso durante sua infância e juventude possuem capacidade de ecoar por toda sua vida, requerendo essas etapas especial atenção da sociedade e do Estado. Nós, petistas, compreendemos bem a relevância da juventude e, durante nossos governos, instituímos o Estatuto da Juventude, marco importante para a consolidação de direitos e fomento às políticas públicas voltadas à juventude. Precisamos destacar que a principal bandeira estabelecida pelos movimentos de juventude brasileiros nas últimas décadas tem sido a pelo direito mais básico, o direito à vida e a luta pela vida da juventude negra.

Para o seu desenvolvimento social e humano, o Estado deve fornecer condições de acesso à educação emancipadora de qualidade, ao emprego com condições justas, à cultura, à saúde, ao esporte e garantir espaços propícios para a participação desse grupo social nas políticas.

O Estatuto da Juventude compreende o jovem em três grupos com características e necessidades distintas. O primeiro de 15 a 17 anos, fase da adolescência, posteriormente jovens, de 18 a 24 anos, e seguindo para transição para a fase adulta, de 25 a 29 anos. Além do acesso à educação e à participação política, nós, do Partido dos Trabalhadores, compreendemos a necessidade de apoiar a juventude trabalhadora na inserção no mercado de trabalho e no acesso à especialização. Por não contarem com experiências de trabalho anteriores, os jovens acabam tendo oportunidades ainda mais precarizadas se comparado aos demais grupos etários, além de contar com maior taxa de desemprego, salários mais baixos e, muitas vezes, trabalhar na informalidade.

Na saúde, há uma necessidade maior de cuidado com a saúde mental dos jovens, com a prevenção de ISTs e, também, as questões como gravidez na adolescência, abusos e violências que amedrontam a vida das jovens mulheres brasileiras.

Sendo assim, o governo municipal precisa compreender as políticas de juventude em sua transversalidade, garantindo políticas e programas públicos que atendam às necessidades e acompanhem o dinamismo de nossa juventude, preparando-a para o amanhã. Além disso, fortalecer os espaços de participação da juventude, possibilitando que o grupo social tenha papel decisivo no desenho e na implementação das políticas públicas que atendam às suas especificidades.

Diretrizes:

1. GOVERNANÇA: oportunizar um espaço dentro da gestão para planejar, monitorar e avaliar as políticas públicas direcionadas para a juventude, fortalecer o conselho municipal de juventude, e instituir a participação efetiva dos jovens na política municipal.

2. SEGURANÇA PÚBLICA: A superação da violência contra a juventude, especialmente a juventude negra, é uma prioridade na nossa política de juventude de Aracaju. Precisamos reconhecer a natureza multifatorial da violência e adotar uma abordagem intersetorial para a segurança pública, com o objetivo de promover a vida e a segurança dos jovens. O Plano Nacional Juventude Negra Viva, lançado pelo governo Lula, será um guia fundamental para as ações municipais, orientando as políticas públicas e estratégias voltadas para a proteção e valorização da juventude negra em nossa cidade.

3. SAÚDE: Embora frequentemente negligenciada nas agendas de políticas públicas, a saúde da juventude exige uma atenção especial. Desafios como Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), doenças e acidentes relacionados ao trabalho, gravidez na adolescência e questões de saúde mental têm se tornado preocupações centrais para os jovens. Com a elevada responsabilidade dos municípios na saúde, especialmente na atenção básica, estabeleceremos uma agenda municipal focada na promoção e no cuidado da saúde da juventude.



4. EDUCAÇÃO: Fortalecer a educação é fundamental para garantir e expandir as oportunidades para a juventude. Oferecer um ensino integral com amplas possibilidades de formação e assegurar condições para a permanência dos jovens nas escolas, com acolhimento aos filhos dos estudantes, acesso ao esporte e à cultura, são pilares essenciais para concretizar o direito constitucional dos jovens à educação. Além disso, vamos possibilitar que o município ofereça modalidades como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o ProJovem, em alinhamento com as iniciativas da SECADI/MEC, através de uma busca ativa que abranja todas as etapas e modalidades da educação.

5. TRABALHO: Os elevados índices de desemprego, particularmente entre os jovens, resultam na ocupação de postos de trabalho menos protegidos e mal remunerados. Para enfrentar essa questão, adotaremos uma agenda que garanta os direitos trabalhistas para a juventude. Essa agenda incluirá iniciativas de qualificação profissional e políticas que promovam a inserção no mercado de trabalho com plenos direitos, como programas de formação, estágios e primeiro emprego. Além disso, vamos adaptar os serviços de intermediação de mão de obra às necessidades dos trabalhadores jovens e criar programas de inserção que assegurem a proteção dos direitos trabalhistas.

6. MOBILIDADE URBANA: Para assegurar o pleno exercício do Direito à Cidade para a juventude, propomos a implementação da Tarifa Zero no transporte público. Essa medida permitirá que os jovens se movimentem livremente para suas diversas atividades, sem que o custo do transporte sobrecarregue o orçamento familiar. Com isso, garantiremos não apenas maior mobilidade para a juventude, mas também uma redução significativa no impacto financeiro sobre as famílias.

7. CULTURA: A construção da identidade e a busca por autonomia da juventude têm na cultura uma ferramenta essencial. A cultura não apenas facilita a expressão e a experimentação, mas também serve como meio de trabalho e geração de renda. Portanto, a gestão municipal vai levar atividades culturais para os territórios onde os jovens vivem, garantindo que o acesso à cultura seja amplamente democratizado e integrando-a plenamente ao cotidiano dos jovens.



TRABALHO DECENTE

Luiz Marinho
Ministro do Trabalho





Trabalho Decente

A defesa dos trabalhadores é um alicerce fundamental para o PT, que carrega em sua história e nome o compromisso de lutar por trabalho decente e uma sociedade justa, garantindo dignidade a todas e todos. No entanto, essa visão não é compartilhada por todos os partidos e governantes. A classe trabalhadora sofreu um duro golpe com a reforma trabalhista aprovada durante o governo Temer, que atacou frontalmente os direitos dos trabalhadores.

Desde 2015, perdemos 9 milhões de postos de trabalho formal, enquanto modalidades precárias como contratos temporários, trabalho autônomo, Microempreendedores Individuais (MEIs) e Pessoas Jurídicas foram ampliadas de maneira inadequada, em situações que deveriam seguir as regras da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Para enfrentar essa realidade, o poder público municipal deve fortalecer os sindicatos dos trabalhadores, que desempenham um papel significativo na defesa dos direitos trabalhistas. Além disso, com o compromisso de construir uma sociedade justa, atuaremos no combate à discriminação no ambiente de trabalho, promoveremos a inserção de jovens no mercado de trabalho (ver “Juventude e a Transformação do Amanhã”) e incentivaremos atividades de trabalhadores autônomos (ver “Economia e Economia Solidária para o Desenvolvimento Local”).

Diretrizes:

- **Apoiar a Mobilização Sindical e Proteção dos Trabalhadores.**
- **Usar o poder de compra do Estado deve ser utilizado de forma estratégica para incentivar a contratação de pequenas e médias empresas locais, além de microempreendedores individuais (MEIs), pessoas jurídicas (PJs) e trabalhadores autônomos.**
- **Assegurar o respeito aos direitos sociais e eliminar todas as formas de discriminação é fundamental.**
- **Implantar um sistema eficaz de negociação coletiva para servidores públicos municipais. Este sistema deve incluir mesas de negociação que ampliem os direitos dos trabalhadores e melhorem a qualidade dos serviços públicos, independentemente do vínculo ou da atividade econômica.**
- **Implementar ações para eliminar todas as formas de discriminação e promover a igualdade de gênero e raça no ambiente de trabalho.**
- **Criar e apoiar programas que garantam emprego e renda, tanto diretamente quanto por meio de investimentos públicos em áreas estratégicas, assegurando a eficácia e legitimidade do direito ao trabalho, conforme o artigo 7º, inciso I, da Constituição Federal.**
- **Ampliar a coleta seletiva, contratar catadores e catadoras, efetivar a logística reversa e fornecer assistência técnica a empreendimentos econômicos solidários para reduzir a informalidade.**
- **Incentivar a formação de cooperativas sociais e de trabalho, oferecendo capacitação e assessoria técnica para a execução de políticas públicas.**
- **Aumentar os programas de aquisição de alimentos saudáveis e de incentivo à agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANA-PO) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).**
- **Facilitar o acesso ao crédito para pequenos negócios e micro e pequenas empresas, incluindo cooperativas de crédito no Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE).**



DIREITO DOS ANIMAIS





Direito dos Animais

Os animais desempenham um papel significativo na vida das famílias, muitas vezes integrando-se profundamente ao núcleo afetivo de seus lares. Com a evolução social, o debate sobre os direitos dos animais — sejam eles domésticos ou silvestres — tem ganhado destaque como uma questão de mobilização política voltada para o bem-estar dessas vidas importantes. Reconhecendo a importância dessa pauta e compartilhando dessa perspectiva, entendemos que é essencial que o poder público municipal atue efetivamente na fiscalização contra maus-tratos e na promoção do bem-estar animal.

Para construir uma sociedade justa, é fundamental que o Estado participe ativamente da resolução das questões relacionadas aos animais, promovendo uma agenda que alinhe ética, justiça social, saúde pública e proteção ambiental.

Atualmente, o terceiro setor se empenha com determinação na defesa e promoção do bem-estar animal. Com o apoio da prefeitura, pretendemos iniciar uma nova fase para esta agenda em Aracaju. Um aspecto de alta relevância e urgência é a assistência médica veterinária. Precisamos evitar o abandono de animais e promover justiça social. Infelizmente, o acesso à medicina veterinária não é equitativo, especialmente afetando as camadas mais pobres da sociedade que, ao ver seus animais sofrerem, enfrentam a dificuldade de arcar com os custos, o que resulta em sofrimento para todos os membros da família.

Portanto, o governo dos trabalhadores se comprometerá a acolher aqueles que necessitam do apoio público, promovendo campanhas de conscientização e fiscalização. Nosso objetivo é transformar nossa capital em um exemplo de combate à exploração e aos maus-tratos, garantindo os direitos dos cidadãos e reconhecendo os animais como sujeitos de direito.

Propostas:

- **Criação de uma Unidade de Pronto Atendimento Animal.**
- **Promoção de campanhas em defesa do bem-estar animal.**
- **Parceria com o terceiro setor para o fortalecimento da rede de acolhimento aos animais.**
- **Criação da Agenda Municipal de Proteção, Defesa e Direitos dos Animais.**
- **Ampliação do acesso à castração de cães e gatos, com realização de mutirões de castração em diferentes regiões do município, priorizando áreas de maior vulnerabilidade social e populacional de animais.**
- **Atendimento médico veterinário de equinos em contexto de vulnerabilidade social**
- **Fiscalização contra exploração e maus tratos animais.**
- **Fiscalização contra venda ilegal de animais silvestres.**



ACESSIBILIDADE PARA SUPERAR AS DEFICIÊNCIAS





Acessibilidade para Superar as Deficiências

A sociedade que o Partido dos Trabalhadores defende é inclusiva e busca garantir que todas e todos possam explorar seu pleno potencial, com o apoio contínuo do poder público. Para as Pessoas com Deficiência (PCDs), o desafio vai além da simples garantia de direitos; envolve também a promoção de uma cultura social que não limite nem decida o que essas pessoas podem ou não fazer.

Com isso em mente, promoveremos um ambiente urbano inclusivo, garantindo acesso universal para todas e todos, especialmente para as pessoas com deficiência. Reconhecemos a importância da autonomia e estamos comprometidos em adaptar e construir infraestruturas e espaços públicos que sejam realmente acessíveis a todas e a todos.

Além de implementar políticas públicas essenciais em todas as áreas do município, entendemos a importância do protagonismo dos próprios cidadãos com deficiência no debate e na formulação de políticas públicas que os afetam. Por isso, garantiremos sua participação ativa nos debates e nas decisões, assegurando que as soluções sejam adequadas e eficazes para todos os aracajuanos e para todas as aracajuanas.

Diretrizes:

Aqui estão as propostas simplificadas:

- **Trabalho e Renda Digna:** Assegurar que todas as pessoas tenham acesso a empregos formais, incluindo programas de inclusão para pessoas com deficiência, como empregos apoiados e reserva de vagas em concursos.
- **Contratação Inclusiva:** Incentivar o empresariado local a contratar um número mínimo de pessoas com deficiência.
- **Proteção e Assistência:** Criar projetos e programas de proteção para pessoas com deficiência que não têm suporte familiar, além de oferecer informação e orientação sobre benefícios.
- **Acolhimento das Mulheres com Deficiência:** Integrar as mulheres com deficiência nos Centros de Cidadania e Referência das Mulheres, com suporte multidisciplinar.
- **Garantir Acessibilidade Total:** Cumprir as normas de acessibilidade e “desenho universal” em projetos habitacionais e urbanos, incluindo ambientes internos e áreas comuns.
- **Melhorar Dados e Rede de Apoio:** Atualizar os dados sobre pessoas com deficiência e organizações que as atendem para expandir a rede de apoio e recursos.
- **Emancipação e Inclusão:** Implementar programas de reabilitação e oficinas de micro acessibilidade em áreas vulneráveis, incentivando a participação comunitária e a cidadania.
- **Participação Social:** Garantir a participação de pessoas com deficiência em conselhos e fóruns de políticas públicas, aprimorando a inclusão nos espaços de controle social.
- **Combate à Violência:** Enfrentar a violência contra mulheres com deficiência com estruturas adequadas.
- **Capacitação Profissional:** Promover a capacitação de profissionais para melhorar o atendimento às pessoas com deficiência.



- **Tecnologia Assistiva:** Assegurar o fornecimento e a adequação de tecnologias assistivas para promover a independência e inclusão.
- **Expandir Reabilitação:** Ampliar o Centro Especializado de Reabilitação (CER) conforme a demanda populacional.
- **Adequação das UBS:** Tornar todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) acessíveis para atendimento integral das pessoas com deficiência.
- **Odontologia Acessível:** Adaptar os Centros Especializados de Odontologia (CEO) para atender pessoas com deficiência.
- **Comunicação Acessível:** Garantir que todas as formas de comunicação e serviços sejam acessíveis, oferecendo tecnologias apropriadas.
- **Educação Inclusiva:** Implementar e fortalecer a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com apoio educacional especializado.
- **Acessibilidade Cultural e Esportiva:** Assegurar que equipamentos e eventos culturais, esportivos e de lazer sejam acessíveis.
- **Transporte Coletivo Acessível:** Implementar políticas para garantir a acessibilidade total no transporte coletivo.
- **Edificações e Espaços Urbanos Acessíveis:** Aplicar a legislação de acessibilidade em edificações públicas e espaços urbanos.
- **Melhoria de Calçadas:** fazer mapeamento e um plano de ação para a reestruturação das calçadas em Aracaju e garantir a acessibilidade.
- **Sinalização Sonora:** Instalar sinalização sonora nos semáforos para pedestres.
- **Inserção Social:** Ampliar as opções de inclusão social para pessoas com deficiência.
- **Práticas Alternativas:** Garantir acesso a práticas alternativas e complementares, como acupuntura e homeopatia.
- **Serviços SUAS:** Reordenar os serviços do SUAS para garantir acesso às pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade.
- **Assistência às Crianças:** Garantir assistência integral para crianças com deficiência ou necessidades especiais de aprendizado.



TURISMO: VIVA TRADIÇÕES E MOVIMENTE BELEZAS





Turismo: Viva tradições e Movimente Belezas

Aracaju é uma capital que nos enche de orgulho por sua beleza natural e pelo acolhimento caloroso de seu povo, que faz com que visitantes queiram sempre retornar. No entanto, o poder público parece não ter acompanhado os avanços do setor turístico.

É essencial que Aracaju estabeleça uma agenda turística que seja sustentável, inclusiva e diversa. Precisamos explorar e valorizar as tradições locais, fortalecer a economia solidária e integrar a comunidade para gerar renda e benefícios para todos. Além disso, devemos incorporar tecnologias que facilitem o acesso dos turistas a oportunidades de entretenimento, lazer e cultura, e explorar todo o potencial de nossa cidade.

A atenção aos pontos turísticos existentes e a criação de novos atrativos que celebrem a cultura, a natureza e a história de Aracaju são fundamentais para nossa agenda. Também é importante investir na capacitação da mão de obra local.

Nosso objetivo é promover um turismo que una as tradições de nossa gente com as ferramentas tecnológicas, respeitando o meio ambiente e as identidades culturais de Aracaju. Dessa forma, garantiremos que a nossa cidade não apenas preserve seu charme e autenticidade, mas também aproveite ao máximo seu potencial turístico.

Propostas:

- **Reestruturar e fortalecer o Conselho Municipal de Turismo.**
- **Construir, junto ao setor, um Plano Municipal de Turismo.**
- **Incentivar a economia solidária no setor.**
- **Investir em programas de capacitação de profissionais das atividades ligadas à cadeia do turismo.**
- **Mapear, além do centro, da orla e dos mercados, as potencialidades turísticas de Aracaju, bem como estruturá-las para melhor receber os turistas.**
- **Criação de rotas de turismo, facilitando o acesso às atividades culturais, gastronômicas e econômicas de nossa capital.**
- **Criação de um sítio virtual com o intuito de facilitar o acesso dos turistas às rotas turísticas, aos serviços e às atividades que nossa capital tem a oferecer.**
- **Incentivar a expansão dos investimentos públicos e privados.**
- **Promover a inclusão social na pauta do turismo, envolvendo ações políticas de classes e organização das comunidades.**
- **Fomentar o turismo ecoturismo, aliando desenvolvimento socioeconômico das comunidades à preservação ambiental.**
- **Fomentar o turismo de negócios em Aracaju.**
- **Criação de campanhas para fortalecer o turismo doméstico e familiar em Aracaju.**
- **Ampliar ações de promoção turística e de atração e novos eventos nacionais para Aracaju, apresentando as novas rotas turísticas instituídas em nossa capital.**
- **Ampliar linhas de crédito em parceria com os programas do governo Lula para pequenos comerciantes e cooperativas da economia solidária.**



MEIO AMBIENTE E TRANSIÇÃO ECOLÓGICA

Alexandre Padilha

Ministro das Relações
Institucionais





Meio Ambiente e Transição Ecológica

As mudanças climáticas têm se tornado cada vez mais evidentes, com o aumento significativo de eventos climáticos extremos. Em Aracaju, temos enfrentado intensas chuvas e calor extremo, e a gestão atual, infelizmente, tem atuado no sentido de agravar a situação. Nos últimos anos, vimos a retirada de árvores e a destruição de áreas de manguezal, o que não só intensifica o calor urbano, mas também diminui a capacidade da cidade de lidar com frequentes inundações.

Entendemos como fundamental a promoção do desenvolvimento sustentável conciliar as necessidades da população e a preservação ambiental. Nossa proposta é implementar políticas públicas para fortalecermos a proteção dos recursos naturais, a redução dos impactos ambientais e a adaptação às mudanças climáticas.

Preservar e ampliar as áreas verdes e espaços de preservação ambiental torna-se urgente diante da nossa realidade. Precisamos explorar de forma sustentável os recursos econômicos, como pesca e extrativismo, para garantir que a cidade se adapte às mudanças climáticas e mantenha o conforto de seus habitantes.

Além da proteção ambiental, a gestão adequada de resíduos sólidos faz parte da nossa agenda. Vamos fortalecer a economia solidária voltada para este setor, ampliar as políticas de coleta e tratamento de materiais recicláveis, e gerar benefícios tanto para o meio ambiente quanto para a renda das famílias envolvidas.

Outro ponto fundamental na agenda climática é a atualização do Plano Diretor, com ampla participação social, para garantir segurança aos aracajuanos em áreas de risco climático. Segundo a AdaptaBrasil, atualmente 35% dos domicílios de nossa capital estão em área de potencial risco de inundações, enxurradas e alagamentos. É preciso que o poder público atue com planejamento e prevenção, além de reforçar os mecanismos de atuação em emergências climáticas.

São nossas diretrizes:

- **Criação do Plano Municipal de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas.**
- **Identificar e mapear áreas de risco de inundações e alagamentos, implementando medidas preventivas, como a construção de sistemas de drenagem eficientes e a criação de áreas de retenção de água.**
- **Atualização do Plano Diretor de Aracaju.**
- **Implementar programas de plantio de árvores em áreas urbanas e periurbanas, priorizando espécies frutíferas e nativas.**
- **Estabelecer a política de proteção aos manguezais remanescentes e promover projetos de recuperação de áreas degradadas.**
- **Incentivar a economia solidária através da pesca sustentável e do extrativismo de mariscos e caranguejos.**
- **Promover campanha de preservação das mangabeiras, bem como, o plantio de novas espécies.**
- **Incentivo e proteção ao extrativismo de mangaba.**
- **Incentivo à criação de hortas comunitárias, promovendo a agricultura urbana sustentável.**
- **Ampliar a coleta seletiva de lixo, com campanhas de conscientização sobre a importância da reciclagem e da correta separação dos resíduos.**
- **Apoiar cooperativas de catadores de materiais recicláveis, fornecendo infraestrutura e recursos para aumentar a renda dos trabalhadores.**
- **Desenvolver programas de educação ambiental nas escolas e nas comunidades.**
- **Estimular a participação comunitária na formulação e implementação de políticas ambientais.**
- **Promover o uso de fontes de energia renovável, como a energia solar, em edifícios públicos e privados.**
- **Ampliação de pontos de coleta de lixo e a limpeza na faixa costeira.**
- **Promoção de campanhas educativas sobre descarte de resíduos responsável nas praias da capital.**



ESPORTE E LAZER PRA VIDA





Esporte e Lazer pra Vida

A promoção do esporte e do lazer é a solução para o desenvolvimento humano em todas as fases da vida. A prática esportiva não só estimula habilidades sociais e o comprometimento coletivo, mas também contribui significativamente para a saúde física e mental da população. Para que esses benefícios sejam plenamente alcançados, temos o compromisso de implementar políticas que garantam acesso universal a espaços e atividades esportivas.

Neste contexto, vamos desenvolver em Aracaju uma infraestrutura pública na medida certa, com aparelhos esportivos em todos os bairros e praças que integrem atividades físicas e de lazer. Esses espaços devem ser planejados para atender a diferentes faixas etárias e necessidades, oferecendo oportunidades para a infância, juventude e para as pessoas idosas. Além disso, vamos garantir a presença de acompanhamento profissional nas atividades esportivas e recreativas que vai assegurar a correta orientação e maximizar os benefícios dessas práticas.

O esporte e o lazer devem ser vistos como práticas sociais que respondem às necessidades da comunidade. Eles desempenham um papel indispensável na cultura e na qualidade de vida dos cidadãos. Portanto, é imperativo que as políticas públicas voltadas para essas áreas sejam integradas com outras políticas públicas, como educação, saúde, cultura e mobilidade, e que sejam desenvolvidas de maneira inclusiva e participativa.

A realidade nos revela um desafio significativo: segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional (PNUD, 2017), apenas 37,9% da população brasileira com 15 anos ou mais pratica esportes. As desigualdades sociais restringem o acesso às práticas esportivas, refletindo marcadores como classe, sexo, raça, idade, deficiência e renda. Para enfrentar essas disparidades, os governos do Partido dos Trabalhadores adotam diretrizes amplas e inclusivas que respeitem os marcos de universalização, acessibilidade, sustentabilidade e inclusão social.

A participação da economia solidária na gestão desses espaços vai ser a nossa ferramenta para promover a democratização do acesso e fomentar a integração comunitária. Além disso, vamos fazer a gestão dos espaços de esporte com as comunidades através da participação social e popular desde a elaboração até a avaliação.

Aracaju tem a oportunidade com a nossa gestão do PT de criar um modelo de cidade que não apenas valorize o esporte e o lazer como direitos fundamentais, mas também os incorpore de maneira transversal em todas as políticas públicas, assegurando que todos os cidadãos tenham a chance de explorar seus potenciais e melhorar sua qualidade de vida.

São diretrizes para levantar a bola da cidadania:

- **Fomentar, por meio das políticas públicas, o Esporte e o Lazer como direitos constitucionais, cujas manifestações se dão nos campos da educação, da participação comunitária e do alto rendimento.**
- **Criar o Sistema Municipal de Esporte e Lazer.**
- **Criar Conselho Consultivo Municipal de Esporte e Lazer.**
- **Realizar Conferências Municipais de Esporte e Lazer (independente das etapas estaduais e federais).**
- **Fazer um diagnóstico municipal do Esporte e Lazer, contemplando: o levantamento de informações populacionais, com as devidas segmentações; as oportunidades e os interesses no campo das políticas públicas da área, incluída a questão dos programas, projetos, espaços e equipamentos disponíveis; e as demandas e expectativas da população local.**
- **Desenvolver a cadeia produtiva esportiva, garantindo a interação com a economia solidária e a participação popular.**
- **Apoiar os campeonatos de bairro e interbairros nas diversas modalidades esportivas.**
- **Desenvolver ações esportivas e de lazer que deem ênfase à promoção das infâncias e juventudes do município, invertendo tendência dominante de se fazer representar em competições esportivas regionais e estaduais por jovens de outras localidades, tão somente por seu maior potencial de rendimento esportivo.**



- Apoiar atletas no cenário esportivo e assegurar a participação deles nos campeonatos nacionais.
- Criar Departamento de Manutenção em equipamentos públicos de Esporte e Lazer.
- Construir e recuperar quadras poliesportivas.
- Instituir equipamentos esportivos nas praças atendendo às necessidades da comunidade.
- Reformar os espaços esportivos e instalar novos equipamentos esportivos no município.
- Criar ciclovias para prática de exercícios físicos e melhorar a mobilidade do trânsito.
- Instituir a prática de novas modalidades esportivas como a capoeira nas escolas.
- Estabelecer uma política de formação continuada dos(as) servidores(as) públicos(as), dos agentes comunitários e dos usuários.
- Doar equipamentos e material esportivo para as comunidades organizadas e que tenham relação com as ações de saúde pública e de estímulo à melhoria do ensino público.
- Apoiar lideranças locais, que fazem trabalhos sociais em suas comunidades e que estabeleçam vínculos com as políticas públicas de melhoria nos indicadores de saúde pública e melhoria do ensino público.
- Capacitar os agentes comunitários de esporte e Lazer, através de palestras, seminários, cursos e outros.
- Criar Câmaras Setoriais de Esporte e Lazer nos bairros de Aracaju.
- Ações de lazer nas ruas do município e nas escolas periodicamente nos finais de semana.
- Elaborar o Calendário Desportivo Anual de Aracaju.
- Realizar Olimpíadas Interescolares Municipal.
- Criar o programa Municipal para prática de exercícios físicos nos bairros sempre acompanhado por profissionais de Educação Física.
- Fomentar a prática do desporto feminino.
- Atrair a realização de Competições Estaduais e Nacionais para serem realizadas no município.
- Fazer parcerias com o Centro Esportivos voltados para o desenvolvimento do esporte no município.
- Desenvolver ou qualificar os governos eletrônicos e as páginas virtuais oficiais das administrações públicas como desafio de modernização da gestão do Esporte e Lazer a partir das Tecnologias da Informação e Comunicação.
- Elaborar ações intersetoriais com as áreas de Saúde e Segurança, por meio de programas que visem desenvolver o hábito de práticas corporais periódicas (Academia da Saúde, entre outras), com acesso da população em geral ao Esporte nos ambientes escolar e comunitário, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a redução dos índices de violência.



IGUALDADE RACIAL E UM FUTURO SEM RACISMO

Anielle Franco

Ministra da Igualdade Racial





Igualdade Racial e um Futuro sem Racismo

Uma sociedade verdadeiramente justa só pode ser construída ao enfrentar e combater as desigualdades com firmeza e coragem. O legado do Partido dos Trabalhadores é a luta antirracista e a promoção de políticas públicas que garantam a democratização de oportunidades para todos e todas. Em nossos governos, já implementamos cotas raciais para o acesso à educação superior pública e concursos, mas é preciso evoluir também em nível municipal para consolidarmos uma sociedade antirracista.

Para isso, é necessário fortalecer a participação dos movimentos sociais organizados, que têm sido fundamentais na luta contra o racismo. Propomos a criação de um conselho específico para essas questões, que colaborará na formulação de soluções e no mapeamento das necessidades, com um enfoque na reparação histórica. Além disso, pretendemos fomentar a economia solidária como forma de apoiar o empreendedorismo da população negra e promover o combate ao racismo em todas as áreas, incluindo a saúde, com protocolos específicos para enfrentar o racismo e o racismo religioso.

O combate ao racismo deve ser uma política transversal, presente em todas as áreas de atuação do poder público. Vamos estimular a participação da população negra nos espaços de poder e nas decisões. Na educação municipal, precisamos integrar uma agenda de combate ao racismo e de promoção da cultura afro-brasileira. É importante, ainda, atuar ativamente na segurança da população negra. Essa abordagem deve refletir um compromisso contínuo com a justiça e a igualdade, assegurando que todos e todas tenham as oportunidades e a proteção necessárias para prosperar.

Nossas diretrizes:

- **Garantir o mapeamento das casas de terreiros de religiões afro-brasileiras e povos de matrizes africanas em Aracaju para desenvolvimento de políticas públicas transversais de enfrentamento ao racismo religioso.**
- **Assegurar a regularização, a segurança e a plena funcionalidade dos templos religiosos, assegurando a proteção de seus direitos e a conformidade com as normas urbanísticas e de segurança.**
- **Estabelecer um sistema de cadastro municipal que registre todos os templos religiosos existentes na cidade.**
- **Desenvolver um processo simplificado para a emissão de alvarás de funcionamento para templos religiosos. O objetivo é garantir que todos os templos estejam em conformidade com as normas legais e urbanísticas, evitando impedimentos ao seu funcionamento.**
- **Realizar campanhas de conscientização para informar líderes religiosos e membros da comunidade sobre seus direitos e responsabilidades. Além disso, oferecer capacitação sobre as regulamentações e os procedimentos necessários para a manutenção da legalidade e segurança dos templos.**
- **Estabelecer canais de feedback para que os líderes religiosos e a comunidade possam relatar desafios e sugestões sobre o funcionamento das políticas públicas. Utilizar essas informações para ajustar as políticas e procedimentos conforme necessário.**
- **Estimular o diálogo constante com os coletivos, movimentos sociais e as instituições dos setores público e privado mirando a ampliação da cidadania.**
- **Fortalecer o Sistema de Combate à Discriminação Racial com a criação de um Conselho Municipal específico para a Promoção da Igualdade Racial.**
- **Entender, incorporar e representar os anseios e demandas sociais da juventude negra e seus desejos de uma nova cultura política participativa na busca por equidade.**
- **Desenvolver e implementar uma agenda de combate ao racismo e promoção da cultura afro-brasileira no currículo das escolas municipais, incluindo capacitação para educadores e atividades que valorizem a história e cultura afro-brasileira.**
- **Mobilizar campanhas municipais sobre a necessidade da conscientização e alerta em relação à violência contra a mulher e os jovens negros.**



- Apoiar o Estatuto da Igualdade Racial, que estabeleceu o Sistema Nacional de Igualdade Racial (SINAPIR), para estruturar e articular as políticas voltadas à superação do racismo.
- Traduzir na comunidade local, por adesão do município, as iniciativas do governo federal por meio de programas nacionais.
- Incentivar, apoiar e valorizar a participação de mulheres negras, quilombolas, indígenas e homens negros nos espaços de tomada de decisão.
- Na educação municipal garantia e promoção do cumprimento da lei 10.639 Lei 10.639. A legislação tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, sejam elas públicas ou particulares, desde o ensino fundamental até o ensino médio.
- Implementar nas escolas material didático e campanhas educativas que reforcem a igualdade e a necessidade de reparação histórica com a população negra.
- Capacitar e conscientizar a Guarda Municipal sobre todas as formas de violência que pesam contra a juventude negra periférica, garantindo o respeito e abordagens humanizadas, articulando mudanças nas políticas de segurança.
- Construção de protocolos antirracistas para a Guarda Civil Municipal, com ênfase na proteção à juventude negra.
- Fazer a defesa da liberdade religiosa, em especial das religiões de matriz africana, explicitando a luta de um povo que resiste na defesa de sua forma de viver o sagrado, a justiça e o direito como parte da dinâmica social.
- Garantir no calendário municipal de eventos e turismo a participação efetiva das manifestações de povos de matrizes africanas. Incentivar a realização dos eventos da população de matriz africana.
- Promover a igualdade nas aplicações e dispensas de impostos e tributos municipais aos templos e espaços religiosos.
- Destacar memória e patrimônio, de modo a combater o apagamento e esquecimento da participação das pessoas, instituições, organizações e movimentos culturais negros na evolução histórica em Aracaju.
- Preservar o território quilombola da Maloca, como também assegurar o apoio a ações e atividades que mobilizem e valorizem a comunidade.
- Para a juventude e movimentos culturais de juventudes negras (RAP, grafite, música, teatro, dança), e os grupos esportivos, promover a inserção dessas atividades nas escolas e nas comunidades com apoio e incentivo.
- Desenvolver programas de apoio ao empreendedorismo da população negra através da economia solidária, oferecendo financiamentos, capacitações e redes de colaboração para fomentar negócios e iniciativas comunitárias. Simplificar o acesso ao crédito para pessoas negras para garantir igualdade nas oportunidades de investir no campo do trabalho.
- Implementar protocolos específicos em toda a rede municipal de saúde para combater o racismo, garantindo atendimento igualitário e respeitoso, incluindo ações contra o racismo religioso.
- Integrar o combate ao racismo em todas as áreas de atuação do poder público municipal, assegurando que todas as políticas e programas contemplem a promoção da igualdade racial e a inclusão da população negra.



LGBTQIA+ COM RESPEITO E CIDADANIA





LGBTQIA+ com Respeito e Cidadania

A garantia dos direitos humanos, da dignidade, é base de uma democracia forte e, dessa forma, o combate à LGBTfobia é compromisso nosso. Durante recente a ascensão de forças políticas retrógradas, a LGBTfobia foi instrumentalizada como plataforma política, ganhando destaque a pauta antitrans.

A pauta LGBTQIA+, engloba lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais que reivindicam a garantia de seus direitos civis, sociais e políticos. Inclui questões como o reconhecimento legal da identidade de gênero, o casamento igualitário, a adoção por casais homoafetivos, o combate à violência e à discriminação, a educação sexual e a saúde integral.

Mantendo o compromisso de uma gestão que maximizará a democracia, fortaleceremos o diálogo e a participação dos movimentos sociais ligados à pauta LGBTQIA+, inclusive com a criação de um conselho próprio, ressaltando a transversalidade do tema, e atuando no estímulo ao protagonismo de lideranças da comunidade. Além da participação política, é importante o fomento da economia solidária junto aos LGBT's, além de políticas e campanhas públicas que estimulem a inserção no mercado de trabalho tradicional.

Infelizmente, a vida de pessoas LGBT's ainda é alvo de violência e perseguição, sendo importante que a prefeitura atue continuamente em campanhas que combatam o preconceito em todos os espaços da sociedade. É fundamental, também, a ampliação do acesso à saúde pública especializada para a comunidade, visto que as opressões e violências sofridas exigem maior atenção e apoio.

O acolhimento social é outro braço importante das políticas públicas voltadas ao tema, pois, infelizmente, o preconceito faz com que muitos sejam expulsos de seus lares e fiquem em situação de extrema vulnerabilidade social. O poder público deve atuar no sentido de acolher e garantir os direitos fundamentais destes, como de moradia, de educação e de saúde. Garantir o direito à dignidade!

Somente com a superação de toda forma de preconceito poderemos nós, trabalhadoras e trabalhadores, vivenciarmos uma democracia justa e robusta. E, dessa forma, é compromisso ético e fundamental que nosso governo ofereça ambiente seguro e respeitoso para o desenvolvimento humano e social de todos, todas e todes.

Propostas LGBT+:

- **Criação de um Conselho Municipal de Políticas LGBTQIA+.**
- **Estabelecer um Plano Municipal de Políticas Públicas para a população LGBTQIA+.**
- **Desenvolver e implementar campanhas públicas regulares em todos os espaços da sociedade, como escolas, locais de trabalho e meios de comunicação, para combate à LGBTfobia.**
- **Garantir o cumprimento da lei nº3.723 de 30 de junho de 2009 que “proíbe no âmbito do município de Aracaju todo o ato ou manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra cidadão homossexual, bissexual, travesti ou transexual”.**
- **Criar serviço específico para retificação de documentos e orientações de direitos das pessoas LGBT's nos espaços de cidadania da gestão.**
- **Criar programas de apoio à economia solidária voltados para a comunidade LGBTQIA+, incluindo incentivos para empreendimentos liderados por pessoas LGBTs e capacitações para inserção no mercado de trabalho tradicional.**
- **Expandir o acesso a serviços de saúde pública especializados para a comunidade LGBTQIA+, incluindo acompanhamento psicológico, atendimento de saúde integral e suporte para necessidades específicas relacionadas às identidades de gênero e orientações sexuais.**
- **Implementar políticas sanitárias específicas para pessoas LGBTI+, considerando exames e prevenção de IST's.**
- **Campanhas de prevenção (de ISTs, suicídio, entre outras).**



- Instituir cursos de preparação para os servidores e empregados públicos do município para que estejam preparados para atender/lidar com pessoas LGBTI+;
- Criar um programa municipal de empoderamento e resgate da cidadania de pessoas trans e travestis em situação de vulnerabilidade social.
- Estabelecer políticas públicas voltadas para o acolhimento e proteção social de pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade, garantindo acolhimento, educação e apoio social para aqueles que foram expulsos de seus lares ou enfrentam discriminação.
- Garantir o acolhimento da população LGBTQIA+ que estiver em situação de vulnerabilidade social nos espaços públicos de acolhimento já existentes assegurando dignidade.
- Criar abrigos para população LGBTQIA+.
- Criar parcerias com casas de acolhimento organizadas por pessoas LGBTI+.
- Criar espaços e cursinhos populares pré-vestibular voltados para pessoas LGBTI+ em parceria com movimentos sociais.
- Campanha de conscientização dos direitos LGBTI+ e do acesso igualitário da população, assim como desenvolvimento de políticas públicas para o combate à violência lesbo/homo/bi/transfóbica;
- Criar um programa para garantir emprego para a população LGBTI+ com contratos e alternativas de rescisão caso a empresa não cumpra com sua parte.
- Criar comitê permanente para acompanhar os contratos e a situação das pessoas LGBTI+ admitidas por empresas parceiras da Prefeitura;
- Instituir licença-maternidade para servidoras e empregadas públicas.
- Desenvolver aplicativo que facilite as denúncias de violências sofridas por pessoas LGBT's.



VALORIZAÇÃO DAS MULHERES

Gleisi Hoffmann
Presidenta do PT





Valorização das Mulheres

As mulheres, que representam 52,1% da população sergipana segundo o Censo 2022, são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados. Em Aracaju, há 326.155 mulheres, que, apesar de ser maioria, enfrentam desafios significativos no mercado de trabalho. Dados do Caged 2024 revelam que, para cada 15 homens contratados, apenas 10 mulheres são empregadas, mesmo que elas possuam, em média, um nível educacional superior ao dos homens.

Além disso, de acordo com o Observatório do Mercado de Trabalho e Renda em Sergipe, as mulheres frequentemente ocupam postos de trabalho menos remunerados e valorizados. Esses empregos incluem atividades domésticas e autônomas, que frequentemente carecem de regulamentação e direitos sociais, como a carteira assinada e previdência social. O 1º Relatório de Transparência Salarial, publicado em março de 2024, aponta que as mulheres ganham, em média, 19,4% menos que os homens, com uma diferença de 25,2% em cargos de liderança e gerência.

A desigualdade é ainda mais pronunciada entre mulheres negras e de menor renda, refletindo um legado de relações patriarcais, escravocratas, racistas e machistas. Aproximadamente 51 mil mulheres enfrentam algum tipo de violência diariamente, conforme revelado pela Pesquisa Visível e Invisível.

Diante dessa realidade, é crucial que as políticas de emprego em Aracaju priorizem a inclusão das mulheres, que representam 54,5% do público-alvo. O governo Lula está retomando o foco nas políticas para as mulheres, e é imperativo que exista uma gestão do Partido dos Trabalhadores em Aracaju para que essa abordagem seja acompanhada por medidas locais para enfrentar e corrigir essas desigualdades. O fortalecimento das políticas públicas voltadas para a equidade de gênero é primordial para promover mudanças significativas e garantir a justiça social.

Vamos considerar as seguintes diretrizes:

1. Combate à Violência de Gênero

Criação de um Sistema de Atendimento Integrado: Desenvolver um protocolo de atendimento integrado que articule prontos-socorros, polícia militar, guarda civil, assistência social, justiça, defensoria pública, unidades de saúde e rede hospitalar para garantir que todas as mulheres vítimas de violência recebam suporte contínuo e coordenado.

Apoio e Proteção às Vítimas: Garantir a proteção e autonomia das mulheres vítimas de violência, incluindo assistência jurídica e psicológica. Implementar políticas específicas de acesso ao auxílio aluguel para aquelas que necessitam sair de casa devido à violência doméstica.

Parcerias para Casas das Mulheres Brasileiras: Colaborar com o Ministério das Mulheres para a construção de Casas das Mulheres Brasileiras em Aracaju.

Capacitação e Formação de Operadores de Segurança Pública: Promover treinamentos regulares para os operadores de segurança pública sobre questões de gênero, violência contra mulheres e aplicação da Lei Maria da Penha. Disseminar uma cultura não discriminatória nas instituições de segurança.

2. Direitos Sexuais e Reprodutivos

Implementação do Programa Municipal de Atenção Integral à Saúde da Mulher: que contemple todas as fases da vida das mulheres, garantindo acesso a cuidados pré-natais, parto e puerpério com respeito à diversidade e autonomia das mulheres.

Garantia de Planejamento Reprodutivo e Métodos Contraceptivos: Ampliar o acesso a métodos contraceptivos, e aumentar a oferta de consultas e exames ginecológicos. Enfrentar a alta taxa de mortalidade materna e violência obstétrica por meio de capacitação de profissionais de saúde e campanhas de informação.

Inclusão de Absorventes Íntimos nas UBS e Escolas: Disponibilizar gratuitamente absorventes íntimos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e escolas municipais para garantir a dignidade e saúde das mulheres.



3. Integração e Potencialização de Serviços

Criação de um Relatório da Mulher Municipal: Estabelecer um banco de dados centralizado para monitorar e avaliar os serviços oferecidos às mulheres, identificando lacunas e oportunidades de melhoria.

Fortalecimento das Parcerias Regionais: Articular com redes estaduais e nacionais para otimizar o funcionamento dos serviços e garantir uma resposta mais eficiente às necessidades das mulheres.

4. Enfrentamento de Racismo e Discriminação

Implementação de Políticas Intersetoriais: Desenvolver políticas e programas intersetoriais para enfrentar racismo, sexismo, lesbofobia e outras formas de discriminação. Garantir a inclusão de todas as mulheres, independentemente de orientação sexual, identidade de gênero, raça ou etnia.

Valorização das Ações Afirmativas: Continuar e ampliar a política de cotas e ações afirmativas para garantir a representação e participação efetiva das mulheres em todos os setores.

5. Educação, Trabalho e Renda

Prioridade para Vítimas de Violência: Garantir a prioridade de acesso às vagas em programas de renda, habitação e creches para mulheres vítimas de violência doméstica.

Apoio ao Empreendedorismo Feminino: Criar programas de apoio ao empreendedorismo feminino, incluindo acesso a microcrédito e assistência financeira. Incentivar a formalização do trabalho autônomo e a valorização do trabalho doméstico remunerado.

Ampliação de Serviços Comunitários: Construir hortas, lavanderias e cozinhas solidárias, especialmente em áreas periféricas, para apoiar as mulheres e suas famílias.

6. Mobilidade e Cultura

Segurança na Mobilidade Urbana: Implementar junto às empresas de ônibus um protocolo de segurança para lidar com as situações constantes de assédio que acontecem dentro dos ônibus ou pontos de ônibus.

Participação Cultural: Garantir a representação feminina em diretorias culturais e comissões avaliadoras de editais. Incentivar a produção e acesso das mulheres às manifestações culturais, com foco especial em mulheres negras, indígenas e periféricas.

7. Criação e Fortalecimento de Estruturas Institucionais

Criação da Secretaria Municipal de Mulheres: Estabelecer uma Secretaria Municipal de Mulheres com verba própria e equipe técnica qualificada. Esta Secretaria será responsável pela elaboração, articulação e acompanhamento das políticas para mulheres no município.

Conselhos Municipais e Conferências: Criar Conselhos Municipais de Mulheres para garantir a participação ativa e a diversidade de representação. Realizar conferências municipais para discutir e avaliar as políticas de gênero.



POLÍTICA DE CUIDADOS, DA INFÂNCIA AO ENVELHECIMENTO

Márcio Macedo

Ministro chefe da
Secretaria-Geral
da Presidência da
República





Política de cuidados, da infância ao envelhecimento

Para construir uma Aracaju com soluções na medida certa da necessidade da nossa gente, é fundamental oferecer amparo e proteção àqueles que mais precisam do Estado, como crianças, idosos e todos os cidadãos e todas as cidadãs que necessitam de cuidados especiais, sejam eles temporários ou permanentes. Em nossa administração petista, entendemos que o papel do poder público é a base para garantir políticas que acompanhem cada indivíduo ao longo de toda a sua vida, desde a infância até a velhice.

Consideramos a infância uma etapa essencial para o desenvolvimento pleno do cidadão, e é responsabilidade do Estado garantir proteção e criar um ambiente que estimule seu crescimento. Atualmente, Aracaju enfrenta desafios significativos nesse aspecto, com muitas crianças fora da escola devido à falta de vagas. Para aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, essa dificuldade no acesso à educação agrava ainda mais a falta de perspectiva. Quando frequentam a escola, essas crianças não apenas têm acesso à alimentação adequada, mas também proporcionam aos seus responsáveis a segurança de saber que seus filhos estão sob a proteção do Estado, permitindo que possam se dedicar a outras atividades além do cuidado familiar.

A nossa gestão do PT, que tem história em cuidar da nossa gente e está na vanguarda em temas da Primeira Infância, se compromete em oferecer ambientes seguros e estimulantes que favoreçam o crescimento socioemocional das crianças, promovendo atividades que desenvolvam habilidades esportivas, artísticas e intelectuais. Além de implementar e fiscalizar campanhas contínuas contra todas as formas de violência infantil, vamos também proporcionar atendimento psicológico sempre que necessário, oferecendo suporte tanto para as crianças quanto para suas famílias.

Assim como garantir uma infância íntegra, o direito ao envelhecimento com dignidade também deve ser assegurado pelo poder público municipal. Aqueles que contribuíram para o desenvolvimento e transformação da nossa cidade merecem uma atenção especial, com acesso a políticas públicas criadas especificamente para atender às suas necessidades.

A pessoa idosa desempenha um papel central nas famílias, atuando como pilares de apoio emocional e prático. São ativos na vida comunitária e contribuem para a realização de diversas iniciativas sociais e culturais. E são os guardiões da nossa história e cultura. Por isso, é compromisso de uma gestão petista criar ambientes de convivência, acesso ao lazer e ao esporte para eles, como também estabelecer políticas específicas e oferecer treinamento contínuo aos funcionários públicos, para garantir que serviços essenciais como saúde, assistência social, educação e cultura sejam prestados com a máxima qualidade e eficácia.

Além dos esforços contínuos que a gestão pública deve dedicar ao longo da vida de seus cidadãos, existe uma área imprescindível que permeia a estrutura familiar e é essencial para a sociedade: o trabalho de cuidados. Muitas vezes atribuído às mulheres, o cuidado deve receber a devida atenção do poder público, considerando sua importância social e econômica.

Reconhecendo essa necessidade, o governo Lula, em sintonia com as pesquisas e movimentos sociais, estabeleceu a Política Nacional de Cuidados. Essa política reflete a compreensão de que tanto os cuidadores quanto aqueles que necessitam de cuidados especiais merecem suporte adequado. A política leva em conta, de forma especial, as desigualdades de renda, gênero, raça e território, assegurando que o trabalho de cuidados receba a atenção e os recursos necessários.

Outro aspecto que devemos destacar é o mercado de cuidados, que frequentemente opera na informalidade, com baixa remuneração e ausência de proteção social. Para enfrentar esses desafios, a nossa gestão do PT propõe a implementação de uma fiscalização rigorosa dos direitos trabalhistas, estabelecendo canais de denúncia e a promoção de campanhas que ressaltem a importância de garantir a dignidade das trabalhadoras e trabalhadores desse setor.

Além disso, trazer o olhar da gestão para a capacitação contínua dos profissionais, assegurando que recebam formação adequada para prestar um atendimento de qualidade e desempenhar suas funções com o devido reconhecimento e respeito.

É responsabilidade do poder público estabelecer uma rede abrangente de serviços destinados ao cuidado de pessoas vulneráveis, sejam elas temporariamente ou de forma permanente, como crianças, idosos e mulheres.



A nossa plataforma se compromete a assegurar que tanto os cuidadores quanto aqueles que recebem cuidado tenham pleno acesso à saúde, educação, assistência social e apoio psicológico. Aracaju tem o potencial e a determinação para se tornar uma cidade onde viver signifique conforto e não privação. Estamos comprometidos em garantir os direitos básicos e em avançar para que todos os cidadãos e cidadãs se sintam plenamente acolhidos e apoiados pela capital de todas as sergipanas e de todos os sergipanos.

Propostas:

- **Ampliar a oferta de vagas em creches e escolas públicas para garantir que todas as crianças tenham acesso à educação desde a primeira infância.**
- **Promover campanhas que incentivem a divisão equitativa do trabalho doméstico e de cuidados entre todos os membros da família, abordando a importância da colaboração e compartilhamento de responsabilidades.**
- **Fortalecer programas de alimentação nas escolas do município para garantir que todas as crianças recebam refeições nutritivas durante o período escolar.**
- **Implementar serviços de assistência psicossocial em todas as escolas municipais para apoiar o desenvolvimento socioemocional das crianças e amparar as famílias.**
- **Fiscalizar e criar campanhas contínuas para combater o trabalho infantil e todas as formas de violência contra crianças.**
- **Promover o desenvolvimento de habilidades esportivas, artísticas e intelectuais das crianças.**
- **Criar e implementar políticas públicas específicas para garantir que os idosos tenham acesso a serviços de saúde, assistência social, educação e cultura.**
- **Estabelecer centros de convivência para idosos, oferecendo atividades sociais, esportivas e culturais que promovam a inclusão e a qualidade de vida.**
- **Treinar funcionários públicos para melhor atender às necessidades de crianças, idosos e pessoas que necessitam de cuidados especiais.**
- **Fiscalizar o mercado de cuidados para garantir a formalização, proteção social e remuneração justa para os cuidadores, especialmente as mulheres negras.**
- **Criar um canal de denúncias para trabalhadores do setor de cuidados que enfrentem abusos ou violações de direitos trabalhistas.**
- **Desenvolver campanhas para destacar a importância da dignidade das trabalhadoras do setor de cuidados e promover a igualdade de gênero no mercado de trabalho.**
- **Oferecer programas de capacitação para profissionais do setor de cuidados, melhorando a qualidade dos serviços prestados e as oportunidades de emprego.**
- **Implementar uma rede integrada de serviços para atender pessoas vulneráveis, incluindo crianças, idosos e mulheres, garantindo acesso à saúde, educação, assistência social e apoio psicológico.**
- **Adaptar e implementar a Política Nacional de Cuidados no contexto de Aracaju, abordando especificamente as desigualdades locais de renda, gênero, raça e território.**
- **Desenvolver projetos urbanos que criem ambientes seguros e dignos para a construção de relações sociais, acesso ao lazer e ao esporte, beneficiando crianças, idosos e toda a comunidade.**



SEGURANÇA PÚBLICA E A MEDIDA CERTA





Segurança Pública e a Medida Certa

A segurança pública é uma das principais preocupações das cidades brasileiras e representa um dos maiores desafios para a administração pública em todos os municípios, e não é diferente em Aracaju. Uma governança eficaz desempenha um papel importante na prevenção de crimes e na criação de um ambiente mais seguro. Para Aracaju, propomos uma reorganização social que integre programas e serviços públicos voltados para a redução da violência e a promoção de uma cultura de paz.

Nosso objetivo é tornar Aracaju um exemplo nacional em segurança pública, destacando-se pela redução das taxas de criminalidade e pela melhoria na sensação de segurança entre os seus habitantes. Para isso, vamos implementar políticas territoriais e transversais que promovam a convivência solidária e o fortalecimento das comunidades, com um foco especial nas periferias. A participação ativa de secretarias sociais e das comunidades locais será fundamental para o sucesso das nossas iniciativas.

Vamos ampliar as políticas de proteção para mulheres e crianças e reforçar as ações de redução de danos associados ao uso abusivo de drogas. Além disso, planejamos uma reforma urbana que melhore a utilização dos espaços públicos e crie áreas de lazer e convivência nas regiões periféricas.

A instalação de iluminação pública e câmeras de segurança, juntamente com o monitoramento pela Guarda Civil Municipal (GCM) e a supervisão das regras de trânsito e proteção dos bens públicos, serão medidas essenciais para prevenir e mitigar a violência.

Envolver as comunidades na formulação das estratégias de segurança pública é uma abordagem que vai garantir que as preocupações e necessidades locais sejam ouvidas e atendidas.

Para melhorar a segurança em Aracaju, vamos contar não apenas com o trabalho ostensivo da Guarda Municipal, mas também com uma abordagem humanizada que visa combater a cultura do medo e a sensação de insegurança que afeta a cidade.

Acreditamos na importância de envolver movimentos sociais na elaboração do planejamento pedagógico dos cursos de formação da GCM. Esses cursos devem abordar temas cruciais, como o enfrentamento do racismo estrutural, violência de gênero, lgbtfobia, machismo, xenofobia e violência contra a juventude e suas manifestações culturais.

Nosso compromisso do PT é reforçar a visão da segurança como um instrumento de proteção dos direitos humanos.

Diretrizes:

- **Realizar um diagnóstico da situação de Aracaju para entender o que se passa nos bairros e como funciona a criminalidade das comunidades a fim de agir para combatê-la.**
- **Fazer um Plano Municipal de Segurança Pública para executar as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.**
- **Implantação dos Conselhos Comunitários de Segurança que vão encaminhar as demandas ao Conselho Municipal de Segurança para facilitar o pleno alcance das metas traçadas.**
- **Estabelecer um Conselho Municipal de Segurança para coordenar e avaliar políticas de segurança pública, promovendo a integração entre órgãos públicos e a comunidade.**
- **Implantar uma Casa de Apoio que ofereça aconselhamento psicológico, assistência jurídica e suporte social para mulheres e crianças vítimas de violência.**
- **Expandir a utilização de tecnologias de monitoramento e georreferenciamento para melhorar a gestão da segurança e a identificação de áreas críticas.**
- **Trabalhar com as comunidades para melhorar a gestão de espaços sociais de insegurança e risco, promovendo a colaboração para a segurança local.**
- **Articular ações com as áreas de educação, cultura e desporto para promover atividades que contribuam para a prevenção da violência e a construção de uma cultura de paz.**
- **Implementar sistemas de segurança eletrônica, incluindo câmeras de vigilância, em prédios públicos, escolas e unidades de saúde para proteger esses espaços e seus usuários.**



- Dialogar com o governo estadual para aumentar o contingente policial e expandir o número de delegacias em Aracaju e em áreas adjacentes.
- Articular a atuação da Guarda Municipal com a Polícia Militar, Polícia Civil e empresas de segurança privada para criar uma rede de informações voltadas para a prevenção e combate ao crime.
- Garantir a existência de abrigos sigilosos para pessoas em situação de violência doméstica ou exploração sexual, proporcionando proteção e apoio necessário.
- Contar com a assistência do Centros de Atenção Psicossocial (CAP's) no acolhimento e tratamento dos usuários de drogas, proporcionando apoio integral e especializado.
- Realizar uma reforma urbana para otimizar o uso dos espaços públicos, enfrentando loteamentos irregulares e promovendo a criação de áreas de lazer e convivência nas periferias.
- Desenvolver políticas para melhorar o transporte público nas regiões periféricas, incluindo a ampliação de linhas de ônibus e a presença da Guarda Municipal fazendo rondas em pontos de ônibus de localidades com elevados índices de criminalidade.
- Elaborar um Programa de Segurança Escolar e criar um Observatório de Segurança Escolar para integrar a Guarda Municipal, escolas e comunidade no combate à violência escolar.
- Criar Rondas Cidadãs focadas no respeito e na dignidade da população, com ênfase na luta antirracista e no cumprimento das leis pela Guarda Municipal.
- Instituir um programa de formação continuada em Direitos Humanos, Igualdade Racial e Direitos das Mulheres para agentes da Guarda Civil Municipal, com a participação de movimentos sociais.
- Criar um programa de saúde e bem-estar mental para os profissionais da Guarda Civil Municipal, visando melhorar sua qualidade de vida e desempenho.
- Fortalecer a Corregedoria da Guarda Civil Municipal, garantindo sua autonomia e independência para investigar e corrigir desvios de conduta.
- Realizar um concurso público para contratar novos profissionais para a Guarda Civil Municipal.
- Fiscalizar os espaços de prestação de serviços à comunidade para combater práticas discriminatórias e garantir um atendimento justo e inclusivo.
- Promover a integração dos órgãos municipais de segurança pública para uma atuação mais coordenada e eficiente.
- Estabelecer uma Ouvidoria Cidadã de Segurança Pública para facilitar a comunicação entre a população e os órgãos policiais, assegurando a transparência e a eficácia dos serviços.
- Desenvolver um sistema de videomonitoramento para a frota de ônibus e pontos de ônibus, em colaboração com empresas de transporte e a Guarda Municipal, para aumentar a segurança dos usuários e trabalhadores.



TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E A CIDADE EM NOSSA MÃO

Geraldo Alckimin

Vice-presidente e ministro
do Desenvolvimento, Indústria,
Comércio e Serviços





Tecnologias de Informação e a Cidade na sua Mão

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) estão cada vez mais integradas à vida das pessoas, influenciando o uso da internet, plataformas digitais e redes sociais. Essas tecnologias têm o poder de transformar diversos aspectos das relações interpessoais, do ambiente de trabalho, da cultura, da política e da economia, além de impactar significativamente o acesso dos cidadãos aos serviços públicos.

Nosso objetivo em trazer esta frente de atuação é utilizar as TICs para promover uma sociedade mais equitativa, contemporânea e responsável ambientalmente. Embora a simples adoção de tecnologias digitais não resolva todos os problemas urbanos, elas podem facilitar o acesso rápido e seguro aos serviços públicos, desde que sejam utilizadas de forma eficaz. Ademais, o uso estratégico dessas tecnologias pode contribuir para a criação de cidades mais humanas e sustentáveis.

Para orientar essa transformação, propomos a adoção dos seguintes cinco eixos temáticos:

INCLUSÃO DIGITAL PLENA

- **Expandir a Infraestrutura de Conectividade:** Estabelecer uma infraestrutura de banda larga robusta para garantir que serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança, estejam interconectados e acessíveis online.
- **Conectar Escolas e Serviços Públicos:** Implementar um programa de conectividade em todas as escolas públicas e, a partir dessas instituições, estender a cobertura de internet para outros equipamentos e serviços públicos, promovendo uma rede de acesso à informação.
- **Programa de Inclusão Digital Cidadã:** Criar um programa para fornecer acesso gratuito à internet para beneficiários do Bolsa Família e implementar pontos de wi-fi público e gratuito em locais de alta frequência, como praças, centros comunitários e bibliotecas.
- **Promover o Letramento Digital:** Investir em programas de letramento digital para capacitar a população em habilidades essenciais de uso das tecnologias digitais. Isso inclui acesso a dispositivos de qualidade, educação para o uso seguro e informado da internet, e habilidades para combater a disseminação de fake news.
- **Qualificação Profissional e Digital:** Oferecer treinamento contínuo para preparar a população para ocupações cada vez mais dependentes de habilidades digitais, garantindo que todos e todas tenham oportunidades equitativas no mercado de trabalho em um mundo digitalizado.

PLATAFORMA DE GOVERNO DIGITAL

- **Universalização e Participação:** A Plataforma de Governo Digital visa acelerar o acesso universal aos serviços municipais, fomentar a participação popular nas decisões públicas e garantir transparência e controle social sobre as ações do governo.
- **Desenvolvimento da Plataforma "Cidade na Sua Mão":** Criar e aperfeiçoar a plataforma para promover uma sociedade mais equitativa, justa e ambientalmente responsável, com serviços digitais acessíveis e eficientes.
- **Login Único e Integração ao Gov.BR:** Implementar um sistema de login único integrado ao Gov.BR, permitindo acesso facilitado a uma ampla gama de serviços municipais, como agendamento de consultas médicas, matrícula escolar e solicitação de documentos.
- **Navegação Intuitiva e Conformidade com Normas:** Desenvolver uma plataforma intuitiva e acessível via web e aplicativo móvel, atendendo aos padrões e diretrizes do ePING (Padrão de Interoperabilidade de Governo Eletrônico) e eMAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico) estabelecidos pelo Governo Federal.
- **Telemedicina:** Implementar programas de telemedicina para possibilitar consultas médicas virtuais, especialmente em áreas remotas e carentes de atendimento médico, melhorando o acesso à saúde.



- **Teleducação:** Promover a teleducação com cursos e recursos educacionais online para estudantes de todas as idades, ampliando o acesso ao aprendizado e à formação contínua.
- **Integração com Redes Sociais e Aplicativos de Mensagens:** Integrar a divulgação dos serviços públicos com redes sociais e aplicativos de mensagens para enviar notificações de agendamentos, lembretes e permitir interações ativas e reativas com os cidadãos.
- **Segurança e Proteção de Dados:** Garantir que todos os sistemas sejam projetados com robustas medidas de segurança e proteção de dados pessoais, assegurando a confidencialidade e integridade das informações dos usuários.
- **Orçamento e Planejamento Participativos:** Implementar processos de orçamento e planejamento participativo, envolvendo a comunidade na alocação de recursos e no desenvolvimento das ações governamentais, promovendo uma gestão mais transparente e inclusiva.
- **Monitoramento e Avaliação:** Criar indicadores de transparência e participação cidadã para monitorar e avaliar continuamente o desempenho dos programas. Realizar avaliações periódicas com a participação da sociedade civil para identificar melhorias e publicar relatórios de prestação de contas sobre os resultados e os próximos passos.
- **eOuvidoria:** Estabelecer uma plataforma digital de ouvidoria para receber e gerenciar denúncias, sugestões, reclamações e elogios da população, garantindo que todas as manifestações sejam registradas, respondidas e acompanhadas de forma eficaz.
- **Alvará Online:** Implementar um sistema de alvará online para simplificar o processo de obtenção de alvarás para atividades comerciais, industriais e de serviços, facilitando a burocracia e promovendo a eficiência.

CIDADES MAIS CONECTADAS E SUSTENTÁVEIS

- **Prevenção de Desastres Ambientais:** Desenvolver e implementar tecnologias avançadas para antecipar e prevenir desastres ambientais, incluindo o mapeamento detalhado de áreas de risco e a instalação de sistemas de alerta emergencial.
- **Monitoramento da Qualidade Ambiental:** Implementar tecnologias de monitoramento abrangentes para avaliar a qualidade ambiental do município, como a medição da qualidade do ar, emissões de carbono, qualidade dos corpos d'água, identificação de fontes de degradação ambiental, e monitoramento do índice de arborização e cobertura vegetal.
- **Inovação na Gestão de Serviços Públicos:** Fomentar a inovação tecnológica para a automatização e o monitoramento de serviços públicos essenciais. Utilizar sistemas baseados em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para aprimorar a eficiência na gestão do tráfego, modernizar o controle da iluminação pública, e otimizar a coleta e destinação de resíduos, entre outros serviços.

ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

- **Capacitação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC):** Implementar um programa abrangente de capacitação em TIC voltado tanto para a população em geral quanto para empresas, cooperativas e empreendimentos da economia solidária. O objetivo é promover habilidades digitais que impulsionem a inovação e a eficiência.
- **Sistema de Compras Públicas:** Desenvolver e implementar um sistema de compras públicas que priorize e promova empreendimentos solidários e inovadores em TIC, com foco em Pequenas e Médias Empresas (MPEs), cooperativas, associações e startups. Esse sistema buscará estimular a participação desses atores econômicos em processos licitatórios e contratos públicos.



- **Teleducação:** Promover a teleducação com cursos e recursos educacionais online para Portal de Oportunidades: Criar um portal online centralizado que agregue informações sobre empreendimentos solidários e inovadores no município. O portal fornecerá dados sobre licitações, oportunidades de negócios e demandas dos setores público e privado, de forma clara e acessível. Esta plataforma servirá como um canal de fomento à economia local e incentivará a troca de experiências e colaborações entre os diversos agentes econômicos.
- **Incentivo Fiscal e Financeiro:** Oferecer uma gama de incentivos fiscais e financeiros para empreendimentos solidários e inovadores, incluindo redução de impostos municipais e acesso a linhas de crédito em parceria com instituições financeiras locais. O objetivo é criar condições vantajosas para o financiamento e o capital de giro, apoiando o crescimento e a sustentabilidade desses negócios.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E INOVAÇÃO

- **Desenvolvimento de Ecossistemas de Inovação Municipal:** Apoiar a criação e fortalecimento de ecossistemas de inovação no município através do mapeamento e articulação de diversos atores, como instituições de ciência e tecnologia, empresas públicas e privadas de base tecnológica, startups, incubadoras tecnológicas, sindicatos e outros grupos relevantes. O objetivo é promover uma rede colaborativa que impulse a inovação e o desenvolvimento tecnológico local.
- **Capacitação em TIC para o Funcionalismo Público:** Implementar programas de capacitação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para servidores municipais, visando elevar a qualidade da gestão e a eficiência dos serviços públicos em todos os órgãos do município. A formação contínua garantirá a atualização das habilidades e a adoção de práticas tecnológicas avançadas.
- **Promoção da Soberania Tecnológica:** Desenvolver políticas que fortaleçam a soberania tecnológica, incentivando o uso de software público brasileiro e software livre. Implementar também políticas robustas de proteção de dados e cibersegurança para assegurar a integridade e a privacidade das informações dos cidadãos.
- **Uso de Inteligência Artificial:** Estimular a adoção de inteligência artificial no município, ao mesmo tempo em que se promove um debate contínuo sobre a regulação de seus efeitos e limites éticos. Focar na organização do trabalho e nas estratégias para mitigar os riscos de desemprego associados às tecnologias emergentes.
- **Criação do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação:** Estabelecer um Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação que represente uma ampla gama de perspectivas e expertises. O conselho terá a missão de orientar o desenvolvimento econômico e social do município, promovendo políticas e iniciativas que estimulem a inovação e o avanço tecnológico.
- **Implementação do Fundo Municipal de Inovação e Tecnologia:** Criar um Fundo Municipal de Inovação e Tecnologia para fomentar a criação e expansão de polos e parques tecnológicos, startups, economia circular e criativa, além de redes de economia solidária. Este fundo servirá como uma ferramenta essencial para o financiamento e suporte a projetos inovadores e sustentáveis.
- **Gestão de Dados Pessoais:** Estabelecer uma empresa pública municipal ou um consórcio regional, ou adaptar um órgão existente, para gerenciar a proteção e o uso dos dados pessoais dos cidadãos. A gestão deve estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), especialmente com os incisos I e IX do artigo 7º, assegurando a privacidade e a segurança das informações.